

SETOR DE GÁS

Especialistas defendem mudanças no mercado

AUTOMÓVEIS

Setor terá novo programa em 2018

SENAI

Cursos aumentam empregabilidade

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 2 | nº 13 | Junho 2017

HORA DE PROTEGER A **ECONOMIA**

AS INSTITUIÇÕES PRECISAM ASSEGURAR
CONDIÇÕES DE GOVERNABILIDADE AO PAÍS
E UMA SAÍDA PARA NOSSA MAIS GRAVE CRISE



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

EDITAL DE INOVAÇÃO PARA A INDÚSTRIA. SUAS IDEIAS NAS MÃOS CERTAS.

Se você imagina a indústria de uma forma nova, mais dinâmica e moderna, inscreva sua ideia no Edital de Inovação para a Indústria. Este ano, SENAI, SESI e SEBRAE investirão mais de R\$ 50 milhões no desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, além de todo o apoio técnico, caso sua ideia seja qualificada. E outra novidade: além de inscrever suas ideias, você também poderá apresentar solução criativa para os desafios de outras empresas.

Não perca a chance de fazer parte do futuro da indústria brasileira. Acesse editaldeinovacao.com.br

Realização:



CARTA AO LEITOR

Quando a economia brasileira dava os primeiros sinais de que a recessão podia ter ficado para trás, fatos novos atingiram diretamente o presidente da República, colocando sua permanência no cargo em xeque e trazendo mais incerteza aos agentes econômicos. O país, contudo, não pode continuar assistindo inerte à perda de empregos e investimentos, deteriorando dia a dia a vida dos brasileiros, sejam eles trabalhadores ou empresários.

A importante agenda legislativa em discussão e votação no Congresso Nacional não pode ser abandonada neste momento. As reformas previdenciária, trabalhista e tributária são urgentes e podem ajudar a acelerar a retomada do crescimento econômico, no curto prazo, e criar melhores condições de negócios no país, no médio e longo prazos. Além disso, o teto de gastos pode asfixiar completamente os investimentos e os recursos de custeio do funcionamento do governo federal sem novas regras na Previdência.

A reportagem de capa desta edição faz um chamado importante às elites políticas para que as instituições funcionem e para que sejam preservadas as condições de governabilidade. No Congresso, as lideranças da base governista concordam que a agenda de reformas não pode parar. Em entrevista nesta edição, o líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB), diz que a investigação da corrupção é assunto do Poder Judiciário e que cabe ao Legislativo continuar a debater e votar as propostas em tramitação.

O Poder Executivo também tem espaço para avançar. No setor de gás natural, importante insumo da indústria brasileira, o governo pode reduzir o papel da Petrobras e trazer novos competidores para o mercado, o que aumentaria a oferta, diminuiria o preço e permitiria ao país diversificar sua matriz energética.

Esta edição, entre outros temas, ainda mostra o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de aumentar a qualificação dos trabalhadores brasileiros em tempos de crise econômica, o que tem incrementado suas chances de manter seus postos ou conseguir empregos, sobretudo num contexto de crescente automação do trabalho no país. Segundo estudo da McKinsey, o Brasil tem potencial para substituir 50% de sua mão de obra por máquinas, sendo que, na indústria, essa porcentagem pode chegar a 69%. Definitivamente, o Brasil vive um momento de importantes transições.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

**DIRCOM – Diretoria de Comunicação
CNI/SESI/SENAI/IEL**

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

**DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO**

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Gleice Mere

Iara Vidal

Rubens Pontes

Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmito | FSB Design

Daniel Barroca

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO

CAPA



O Brasil não pode ficar parado

INFOGRAFIA

Os principais indicadores do desempenho da economia brasileira

EFRAIM FILHO

Líder do DEM diz que o Congresso precisa manter a agenda de reformas

NELSON MARCONI

BNDES deve recuperar seu papel e voltar a oferecer crédito às empresas

GÁS NATURAL

CNI e especialistas defendem mudança profunda no mercado

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI emite comunicado em que diz que o país não pode retroceder diante da nova crise

AGENDA LEGISLATIVA



8 Base governista considera que o país precisa da aprovação das propostas em discussão

COMPETITIVIDADE

PRODUTIVIDADE

Rota 2030 estabelecerá a nova política para o setor automobilístico

AUTOMAÇÃO

Estudo revela que o potencial de substituição da mão de obra por máquinas no Brasil é enorme

EM ESPERA

Empresários da indústria continuam aguardando a melhora dos cenários político e econômico

TERMÔMETRO ECONÔMICO



Produção industrial ainda sofre com a recessão, segundo *Sondagem Industrial*

GIRO BRASIL



30 Goiás qualifica micro e pequenas indústrias em programa bem-sucedido

GIRO GLOBAL



32 Câmara Americana de Comércio revela otimismo dos empresários nos EUA

SESI / SENAI / IEL



34 Com a economia em recuperação lenta, cursos de qualificação aumentam a empregabilidade

16

18

20

22

28

30

32

34

36

38

40

42

44

O BRASIL NÃO PODE PARAR

Mais uma vez, o Brasil enfrenta um momento profundamente preocupante da sua história e se encontra mergulhado num cenário de temores e incertezas. O país precisa de estabilidade política e econômica para voltar a crescer, gerar empregos e renda e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, especialmente dos mais de 14 milhões que sofrem com o desemprego.

Em mais um contexto de instabilidade política, é necessário reiterar a confiança nas instituições brasileiras. Os Poderes da República serão capazes de solucionar a atual turbulência com serenidade, equilíbrio e espírito público, em estreita observância das leis e da Constituição Federal.

A sociedade brasileira quer a apuração de eventuais irregularidades no uso dos recursos públicos, mas exige, também, que o governo e o Congresso

Nacional permaneçam trabalhando com dedicação. É imprescindível evitar que os representantes políticos da nação se entreguem, de novo, à paralisia decisória. Isso poria em risco a ainda tímida recuperação da economia, cujo índice maior foi o crescimento de 1% no primeiro trimestre do ano.

Não pode haver retrocessos nos avanços duramente conquistados nos últimos meses. A aprovação de medidas importantes para a retomada do crescimento deu um certo ânimo a investidores e consumidores. Por isso, os parlamentares, na Câmara dos Deputados e no Senado, devem dar continuidade às reformas estruturais, que são fundamentais para recolocar o país no rumo certo.

As reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política, entre outras de caráter regulatório, são imprescindíveis para tirar o país, definitivamente, da

mais grave e longa recessão de sua história. Essas mudanças estruturais têm de continuar avançando para que se desenhe um ambiente mais propício aos investimentos, ao desenvolvimento das empresas e à geração de postos de trabalho na proporção adequada às necessidades do país.

Quando se enfrentam cenários conturbados, como o atual, é grande a tentação de se entregar ao desalento, mas os brasileiros não podem desanimar ou sucumbir ao derrotismo. Parar de lutar por um Brasil melhor significaria desistir do futuro. Unidos e com um propósito claro, já vencemos outras crises econômicas e políticas. Certamente, o período que atravessamos apresenta vários desafios, mas isso também será superado.

Estamos diante de uma oportunidade única. As incertezas são tantas que não se sabe nem quais serão os candidatos nas próximas eleições presidenciais, muito menos quem sairá vencedor das urnas. Por isso, pode haver, agora, uma convergência em torno de medidas que aliviem a tarefa do próximo presidente, seja ele quem for. Todos têm interesse em assumir com a casa minimamente arrumada, o que favorece consensos políticos.

Não podemos mais ficar só remendando os erros do passado. Precisamos preparar o caminho para o desenvolvimento social e econômico de longo prazo,

para colher os frutos o mais rapidamente possível. A indústria brasileira acredita no futuro da nação. Temos certeza de que, com trabalho e perseverança, construiremos o país no qual todos nós merecemos viver. Devemos manter o otimismo. A hora é de perseverar. O Brasil não pode parar.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

É PRECISO PENSAR NO PAÍS

A IMPORTÂNCIA DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE A CORRUPÇÃO NO BRASIL É INEGÁVEL, MAS AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DEVEM SEGUIR FUNCIONANDO PARA PRODUZIR SOLUÇÕES À NOSSA MAIS GRAVE CRISE ECONÔMICA DE TODOS OS TEMPOS

O presidente Michel Temer teria o que comemorar. A economia dá alguns sinais de que a recessão pode ter ficado para trás, com as contas públicas em melhor estado, o Produto Interno Bruto (PIB) reagindo e os juros em tendência de queda. Mas a delação do empresário Joesley Batista, do grupo J&F, colocou o país em nova crise de governabilidade, pouco mais de um ano após o traumático processo de impeachment.

“Estamos novamente convivendo com turbulências na área política, e isso cria incertezas entre os agentes econômicos, sobretudo quanto à continuidade da equipe econômica do governo federal, responsável por políticas e ações importantes para o país”, avalia Gilberto Peralta, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). “Temos que ter em mente a necessidade urgente de manter a continuidade das ações do núcleo econômico do governo federal e finalizar, o mais breve possível, as reformas em andamento. É preciso terminar essa pauta de reformas

e o ajuste das contas públicas para poder começar uma nova agenda, a agenda do crescimento econômico”, diz Peralta.

A entidade realizou evento em maio no qual manifestou explícito apoio à permanência, em seus postos, dos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento), haja o que houver. “Não podemos aceitar que a disputa política pelo poder atrapalhe a gestão econômica responsável pela tentativa de sair da crise”, disse Peralta, na ocasião. Os dois ministros se mostraram confiantes de que o Congresso Nacional aprovará as propostas de reforma em discussão no Legislativo, apesar do agravamento da crise política. Henrique Meirelles, principal âncora do governo junto aos agentes econômicos, afirmou apostar no avanço da agenda proposta. Segundo ele, o Congresso Nacional seguirá votando projetos importantes como as reformas trabalhista e da Previdência Social. “Essa é a agenda em que o Brasil está engajado e vai continuar, independentemente de qualquer coisa”, afirmou, durante o evento.

Segundo Dyogo Oliveira, “não há paralisação no governo federal, que continua

trabalhando para aprovar as reformas, controlar a inflação e concluir o ajuste fiscal”. Além disso, afirmou o ministro, o governo federal pretende ampliar gradualmente o financiamento privado na economia. “O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e os bancos públicos estão orientados a financiar o setor privado”, afirmou.

Apesar da posição otimista dos dois ministros, o setor produtivo está muito preocupado. No mesmo evento, o presidente da Abdib, Venilton Tadini, disse que mudar a agenda, neste momento, seria “um grande atraso” porque levaria à reavaliação da estratégia de investimentos das empresas. “Passamos por uma conjuntura recessiva grave, nunca vista na história e, quando o ajuste começa a dar resultados, não podemos voltar com a agenda para trás porque seria um caos”, disse. Para Tadini, apesar da crise política, o Congresso precisa ter responsabilidade e sensibilidade em relação às medidas necessárias para estimular a economia e a geração de empregos, que podem recolocar no mercado de trabalho milhões de brasileiros.

O DESEMPREGO NO BRASIL

14 milhões de pessoas

É o total de pessoas desocupadas atualmente no Brasil

33,3 milhões de pessoas

É o total de empregados com carteira assinada

13,6%

Foi a taxa média de desemprego no trimestre de fevereiro a abril de 2017

89,2 milhões

Total de pessoas com trabalho entre fevereiro e abril, com queda de 0,7% em relação ao período de novembro a janeiro

Fonte: PNAD/IBGE



Tadini, da Abdib, diz que andar para trás, neste momento, "seria um caos"

Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eléctro e Eletrônica (Abinee), defende que a sociedade e as entidades de representação pressionem o Congresso Nacional a favor da criação de um novo contexto regulatório que ajude a tirar o país da crise. "O Brasil não pode perder mais esse ano por causa de uma nova crise política. Quem paga a conta é a economia, que precisa voltar a crescer sem a contaminação desse ambiente nocivo", argumenta. Para Barbato, "é necessário, nesse momento, fazer todo o esforço possível para que as reformas não fiquem paralisadas". Embora a inflação esteja sob controle, diz o dirigente, o agravamento da crise política poderá fazer com que o Banco Central adote uma política mais conservadora no médio prazo.

Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) após a delação de Joesley Batista, o Banco Central cortou a taxa de juros em um ponto percentual, para 10,25% ao ano. Esse é o menor patamar desde novembro de 2013. Embora destaque que a inflação está em queda, o BC deixa claro, na

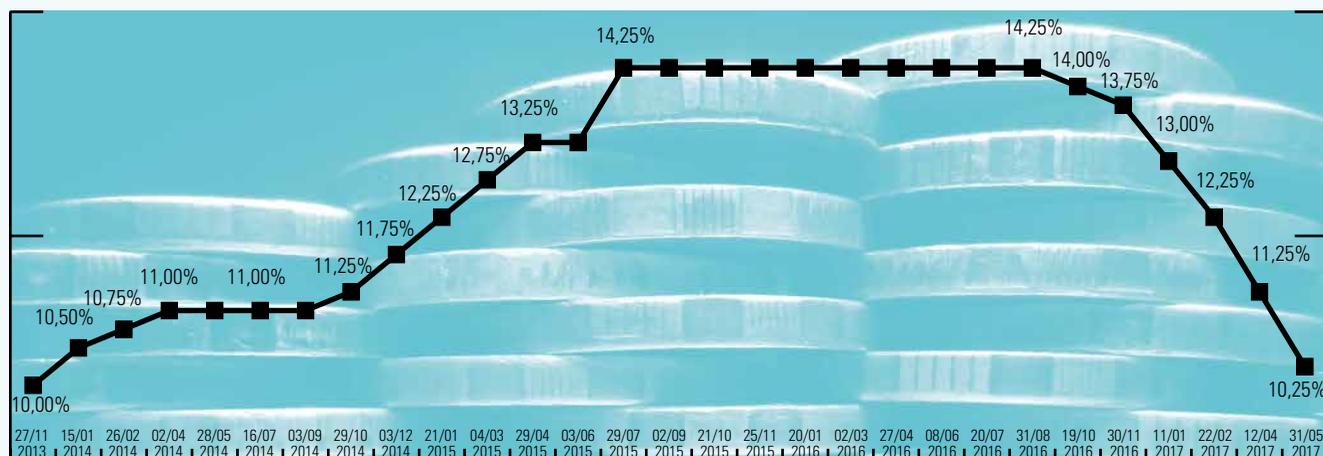
nota distribuída, que o cenário político, de fato, aumentou o grau de incerteza em relação ao ritmo de aprovação das reformas no Congresso Nacional. "O comitê entende, como fator de risco principal, o aumento da incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e ajustes na economia", que se dá tanto pela maior probabilidade de um cenário negativo, que dificulte a aprovação das propostas, quanto pela própria dificuldade de avaliação dos efeitos da crise sobre a inflação. Embora o governo tenha conseguido aprovar algumas propostas no Congresso na última semana de maio, o mercado financeiro já elevou as previsões de inflação para 2017 e 2018 e reduziu a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,50% para 0,49% neste ano, conforme pesquisa do Banco Central.

Há praticamente um consenso entre empresários, economistas e analistas políticos de que a aprovação de propostas mais polêmicas no Legislativo ficou ainda mais complicada depois das acusações feitas por Joesley Batista contra Michel Temer. "Tudo aquilo que depende do Congresso ficou mais difícil,

mas não impossível. Nossa visão é que as reformas têm de continuar e os congressistas precisam pensar no Brasil e não em questões menores, que não têm a ver com o desenvolvimento futuro do país. Esse é o nosso desejo, que pode não se materializar diante da crise política", afirma Fernando Valente Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (Abit).

Pimentel diz que é preciso encontrar um "consenso para resolver a situação que aí está, seja com o atual presidente, seja numa outra circunstância". Para ele, o Congresso precisa ter a grandeza de pensar no Brasil, ainda que existam diversas medidas que dependem apenas do Executivo e que não precisam de uma discussão muito ampla. "Nesse aspecto, eu vejo como relevantes as medidas de desburocratização e facilitação do crédito. O Banco Central, por exemplo, fez mais uma alteração nos depósitos compulsórios que os bancos recolhem e que representa, em tese, a liberação de R\$ 13 bilhões, que estarão disponíveis para empréstimos, ainda que isso não os obrigue a emprestar", destaca o presidente da Abit.

A evolução da taxa de juros



Fonte: Banco Central

Dentro do próprio Congresso há medidas que têm um apoio maior, como o programa de regularização tributária, diz o presidente da Abit. “Existem muitas resistências, especialmente por parte da Receita Federal, devido ao número enorme de parcelamentos que já ocorreram, mas o fato é que, se há um momento em que precisamos disso, é hoje. Existe, atualmente, uma grande dificuldade em conseguir uma Certidão Negativa de Débitos (CND). Não é que você vai contemplar quem recorrentemente fica inadimplente com a possibilidade de tê-la, mas é preciso pensar como equacionar temporariamente essa exigência da CND para que você possa evoluir nas condições de crédito”, avalia Pimentel.

Outro ponto importante no qual se pode avançar, segundo o presidente da Abit, são as negociações internacionais. “Esse é um tema que, num primeiro momento, pode seguir”, avalia. Para ele, é possível também avançar na desburocratização e na agenda do crédito porque há quase um consenso do que precisa ser feito. “Sem crédito nossa economia não volta. A decisão de liberar o dinheiro de contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é um exemplo disso. Dificilmente alguém vai votar contra a medida provisória que liberou os recursos e que está trazendo liquidez para a economia. Além disso, ajuda a quitar dívidas”, afirma Pimentel.

Medidas de caráter administrativo também podem ser adotadas, facilitando a vida das pessoas, melhorando o ambiente de negócios e ampliando a oferta de empregos. A agenda de concessões públicas talvez seja a mais poderosa dessas decisões administrativas. Fernando Valente Pimentel lembra que “é fato que precisamos de investimentos fortes na infraestrutura” e diz que “o governo pode melhorar os marcos regulatórios, deixá-los mais transparentes e seguros para os investidores”, como no caso bem-sucedido dos últimos leilões de aeroportos. “Precisamos de mais licitações em linhas de transmissão, saneamento e rodovias. São áreas em que o Brasil carece de investimento e ainda depende da consolidação de marcos regulatórios que permitam aos investidores entrarem no nosso mercado com segurança. São marcos que passam pelas próprias agências regulatórias”, afirma o dirigente.

Humberto Barbato, da Abinee, também defende a realização de novas concessões. “Na nossa área, tivemos uma licitação importante de transmissão de energia elétrica. Mas é fundamental uma maior ampliação das concessões para que possamos ter um Estado mais moderno”. Para ele, “quanto mais inchado o Estado, maiores as chances de casos de corrupção como os a que estamos assistindo hoje”. Avançar nas concessões, afirma, permitirá não apenas reduzir os casos de corrupção, mas também

diminuir a carga tributária, porque parte dos investimentos necessários passarão a ser feitos pelo setor privado.

Na lista de projetos que serão concedidos ao setor privado, anunciada pelo governo neste ano, há 55 novas concessões, além de propostas de renovações de parte das atuais concessões de rodovias, ferrovias, terminais portuários e linhas de transmissão de energia elétrica. O governo estima que esses projetos vão gerar investimentos de R\$ 45 bilhões nas áreas de energia, transportes e saneamento, além de 200 mil novos empregos diretos e indiretos. A licitação de 35 lotes de linhas de transmissão de energia em 17 estados, por exemplo, deve resultar em investimentos de R\$ 12,8 bilhões.

Além disso, o governo pretende leiloar blocos com potencial de abrigar reservas de pré-sal dentro no novo regime de concessão, que não obriga a participação da Petrobras como sócia. Essas áreas devem ser leiloadas no segundo semestre, conforme previsão da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na lista de ofertas da 14ª rodada, há seis áreas na Bacia de Campos (RJ) que estão no limite exterior do chamado polígono do pré-sal, instituído em 2010 e restrito à partilha de produção. Nelas, a ANP identifica 11 estruturas subterrâneas que podem conter reservatórios do pré-sal. A agência estima que pode haver 13 bilhões de barris de petróleo nessas áreas.

Os investimentos previstos no PPI - Volume (em R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do PPI (Programa de Parceria e Investimento)



Ferrovias já privatizadas que deverão ter processo de renovação de contrato antecipada

- ✓ Estrada de Ferro Carajás (Pará e Maranhão)
- ✓ Estrada de Ferro Vitória Minas
- ✓ FCA (Centro-Oeste e Sudeste)
- ✓ ALL (malha paulista e a malha da MRS, que passa por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo)

Esses trechos somam 12,6 mil quilômetros de extensão, movimentam cerca de 457 milhões de toneladas de carga e representam mais de 90% do fluxo total de cargas por ferrovias no Brasil. R\$ 25 bilhões é o valor do investimento previsto para os próximos cinco anos.

“Mesmo que não sejam disparados hoje, esses marcos regulatórios são importantes porque podem dar um norte para quem vai trabalhar investindo no Brasil. Essa agenda para o Brasil não parar deve incluir, ainda, questões relacionadas ao crédito e aos juros, que ainda são muito altos. Parados não podemos ficar, mas devemos criar condições para que, mesmo num ambiente conturbado, encontremos soluções mais à frente, quando ficar mais claro o que pode acontecer no cenário político”, ressalta Pimentel, que também cita a necessidade de negociar novos acordos comerciais e melhorar a

gestão administrativa do Mercosul.

Na opinião do diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional

além das reformas mais complexas como a previdenciária e a trabalhista, há um conjunto de projetos que pode melhorar o ambiente de negócios e ajudar o Brasil a crescer”. Ele cita, por exemplo, o projeto que convalida incentivos fiscais concedidos por governos estaduais para atrair investimentos e gerar empregos. “Ter uma regra clara ajuda a reduzir a insegurança jurídica”, afirma.

Outro ponto em que é possível avançar já, segundo Fernandes, é a regulamentação da compra

de terras no Brasil por estrangeiros, que pode atrair novos investimentos. O texto, já aprovado em comissões do Senado

“O Congresso não pode paralisar porque, além das reformas mais complexas, há um conjunto de projetos que pode melhorar o ambiente de negócios e ajudar o Brasil a crescer.”

José Augusto Coelho Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

da Indústria (CNI), José Augusto Coelho Fernandes, “a primeira questão é que o Congresso não pode paralisar porque,

confere, segundo a CNI, tratamento adequado para a matéria, pois não impede os investimentos no país por diversas atividades empresariais produtivas nos segmentos de florestas plantadas, cana-de-açúcar, biodiesel e outros ramos do agronegócio, autoprodutores, além de atividades de mineração.

A medida é positiva porque permite a aquisição e o arrendamento de terras por pessoas jurídicas brasileiras, ainda que constituídas ou controladas direta ou indiretamente por pessoas privadas, físicas ou jurídicas, estrangeiras e companhias de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores no Brasil ou no exterior. Além disso, mantém as limitações às aquisições de terras por empresas e por Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras e convalida

as aquisições e os arrendamentos de imóveis rurais celebrados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras durante a vigência da lei que regula a aquisição de terras por estrangeiros.

Fernandes lembra que a Agenda Legislativa da CNI lista 131 proposições consideradas importantes pelo empresariado industrial. Na agenda consta a convalidação dos incentivos fiscais de ICMS, que poderá afastar a insegurança jurídica de eventuais suspensões de benefícios e cobranças judiciais retroativas. Além disso, o projeto em discussão no Congresso equaciona o problema e pacifica a ordem jurídica, ao resguardar os créditos obtidos legitimamente pelas empresas. Outra medida destacada é a que cria um marco legal para as agências reguladoras, garantindo independência técnica e regulatória,

o que também traz estabilidade e segurança jurídica.

A mudança na lei de licitações é mais um item relevante na pauta da Agenda Legislativa da indústria em 2017. Para a CNI, a ineficiência e demora nos processos licitatórios elevam o custo, atrasam a realização de investimentos e não contribuem para a melhoria dos projetos de obras públicas. O texto em discussão no Senado prevê diversos avanços, como a unificação das modalidades de contratação e a modernização e desburocratização dos procedimentos administrativos. A entidade quer, ainda, um marco legal para o licenciamento ambiental. Hoje, a ausência de uma lei nacional sobre licenciamento gera confusão sobre procedimentos e insegurança.

Alguns projetos que podem estimular a economia

Medida	Benefício
 Convalidação de incentivos fiscais	Reduz insegurança jurídica
 Regulamentação da compra de terras por estrangeiros	Estimula novos investimentos
 Atualização da lei de licitações	Agiliza processos de compras
 Programa de regularização tributária	Permite às empresas colocar em dia dívidas em atraso com a Receita Federal
 Marco legal para as agências reguladoras	Reduz insegurança jurídica
 Novas regras para licenciamento ambiental	Reduz insegurança jurídica

Em discussão no Senado, o projeto de lei apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais e estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações em relação ao tema. Para a CNI, esses dados podem ser encarados como insumos vitais para a tomada de decisão, num cenário em que a imensa quantidade de informação disponível permite que a concepção dos produtos, o design, os testes com novos materiais, os

protótipos, a arquitetura da fábrica, a organização da linha de produção e o estoque de materiais estejam todos conectados. A aplicação da Internet das Coisas (IoT) tem contribuído para aumentar a produtividade, com redução de custos e aumento da segurança do trabalhador.

A partir do texto enviado pelo governo Temer, deputados e senadores apresentaram proposta de mudança no programa de regularização tributária, outro item listado como prioridade pela indústria. A CNI considera que

a medida deve ser aprimorada principalmente para contemplar novas condições de pagamento das multas e dos juros e definir parcelas mensais que representem um percentual da receita bruta de cada empresa, mas há resistência por parte do governo, em especial da Receita Federal. Para que um maior número de empresas possa aderir ao programa, a entidade defende um amplo conjunto de mudanças para aperfeiçoar a proposta original do governo.

AS PROPOSTAS DA CNI PARA O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

- ✔ Permitir pagamento em parcelas mensais e sucessivas calculadas a partir da incidência de um percentual, variável em função do porte da empresa, sobre a receita bruta do mês anterior;
- ✔ Reduzir multas, juros e encargos legais na consolidação da dívida a ser parcelada;
- ✔ Permitir o uso de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL também no parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- ✔ Possibilitar que microempresas e empresas de pequeno porte utilizem créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ou outros créditos próprios relativos a tributos administrados pela Receita Federal para pagamento integral do débito;
- ✔ Corrigir o débito consolidado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- ✔ Admitir a possibilidade de liquidação, total ou parcial, do débito consolidado com a compensação de créditos de terceiros relativos a tributos administrados pela Receita Federal;
- ✔ Definir que os débitos com processo administrativo fiscal já encerrado, mas ainda não inscritos em dívida ativa, possam ser objeto de parcelamento no âmbito da Receita Federal;
- ✔ Criar bônus de adimplência para empresas não optantes pelo programa e a extensão do bônus às empresas optantes, após um número de anos com pagamentos regulares;
- ✔ Dispensar o pagamento de honorários advocatícios no caso de desistência ou renúncia de ação judicial, cujos valores discutidos sejam incluídos no programa.

Se a crise política inviabilizar totalmente a tramitação da reforma da Previdência Social, possibilidade considerada remota no cenário atual, o governo tem a possibilidade de implementar parte das mudanças previstas na proposta de emenda constitucional por meio de legislação ordinária, como medida provisória ou projeto lei – situação que exige um quórum menor e, portanto, reduz as dificuldades políticas para aprová-las. Entre o que pode ser revisto com mais facilidade estão medidas que elevam as receitas, como as alíquotas de contribuição previdenciária, e que cortam despesas, como a fórmula de cálculo dos benefícios (aposentadorias e pensões), segundo o advogado Fábio Zambitte Ibrahim, especialista em direito previdenciário e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

“Boa parte do que está na PEC (Proposta de Emenda Constitucional) pode

ser mudada por lei. É o caso do tempo mínimo de contribuição e da fórmula de cálculo do benefício inicial. Mas o que a gente precisa ter em mente é que o principal, a fixação de uma idade mínima de aposentadoria, isso tem de estar na Constituição”, afirma Fábio Ibrahim, sócio do escritório Barroso, Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados. “Podemos focar em dois grupos: os requisitos para a concessão dos benefícios e as regras de cálculo da renda mensal”, diz. Segundo ele, todas as regras de cálculo da renda mensal estão em lei e são mais fáceis de mudar.

“Em relação aos requisitos de exigibilidade dos benefícios, alguns podem ser alterados por lei, como a carência do tempo mínimo de contribuição para o regime geral”, diz Ibrahim. “Eu não tenho estimativa de quanto isso pode representar de economia, mas a impressão que tenho é de que o governo já

começou a fazer as contas. No entanto, há a preocupação de que, enviada para o Congresso, uma medida como essa sofra tanta alteração, como aconteceu no governo Dilma, que resulte num texto que aumente a despesa ao invés de diminuir”, avalia. Para ele, o ambiente político hoje dificulta a aprovação da reforma previdenciária, ainda que não a inviabilize.

A agenda pendente de reformas e avanços regulatórios, contudo, não pode ignorar os tópicos em que já foi possível avançar nos últimos meses. A introdução do teto de gastos do governo federal foi uma importante medida de saneamento das contas públicas e a regulamentação da terceirização aprovada neste ano dará segurança jurídica a empregadores e empregados para conduzir as relações de trabalho de comum acordo e com benefícios para todos.

O QUE PODE SER FEITO NA PREVIDÊNCIA DE MANEIRA MAIS RÁPIDA



Elevar a alíquota de contribuição dos servidores da ativa

Aumentar a alíquota de contribuição dos servidores inativos



Aumentar o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria

Mudar a fórmula de cálculo do benefício inicial



Alterar a regra de cálculo da contribuição por morte

VEJA AQUI OS PRINCIPAIS INDICADORES DO DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A INFLAÇÃO TEM CAÍDO



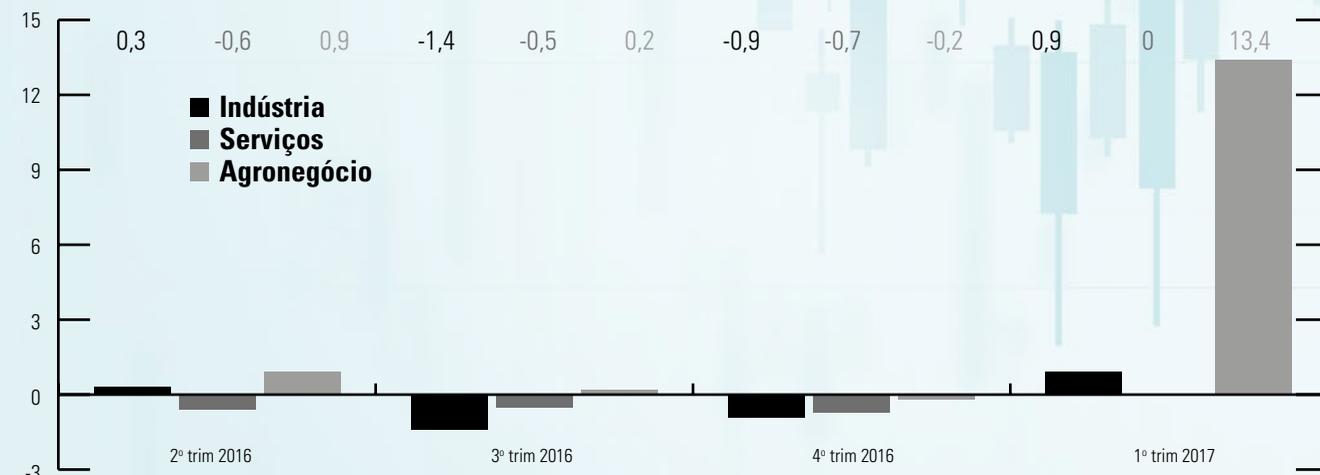
Fonte: IBGE e FGV

O PIB TEVE, FINALMENTE, UM RESULTADO POSITIVO (Evolução do PIB Trimestral)



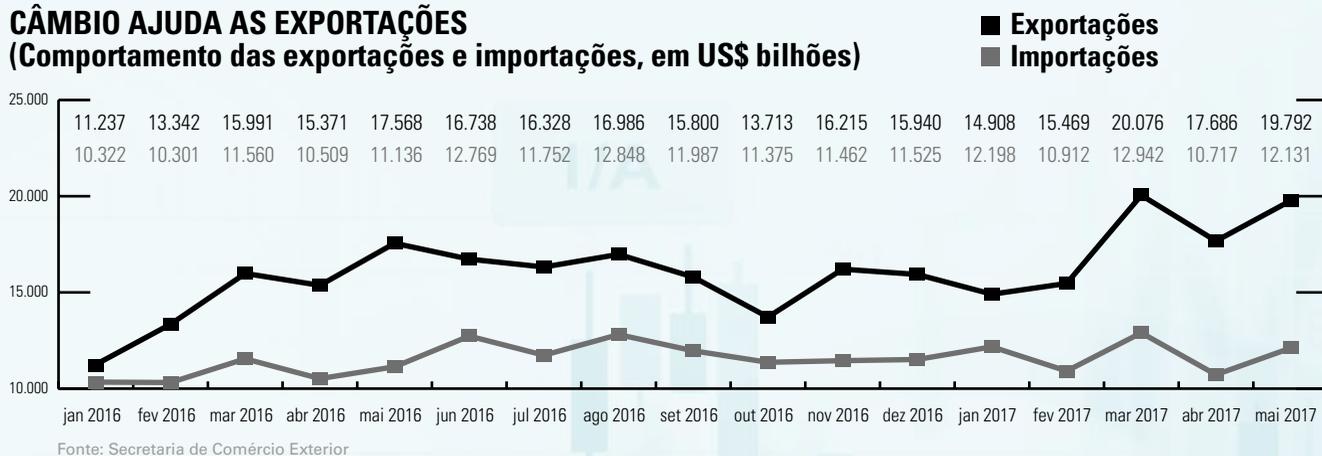
Fonte: IBGE

INDÚSTRIA TEM SOFRIDO MAIS OS EFEITOS DA RECESSÃO (Variação da atividade por setor)

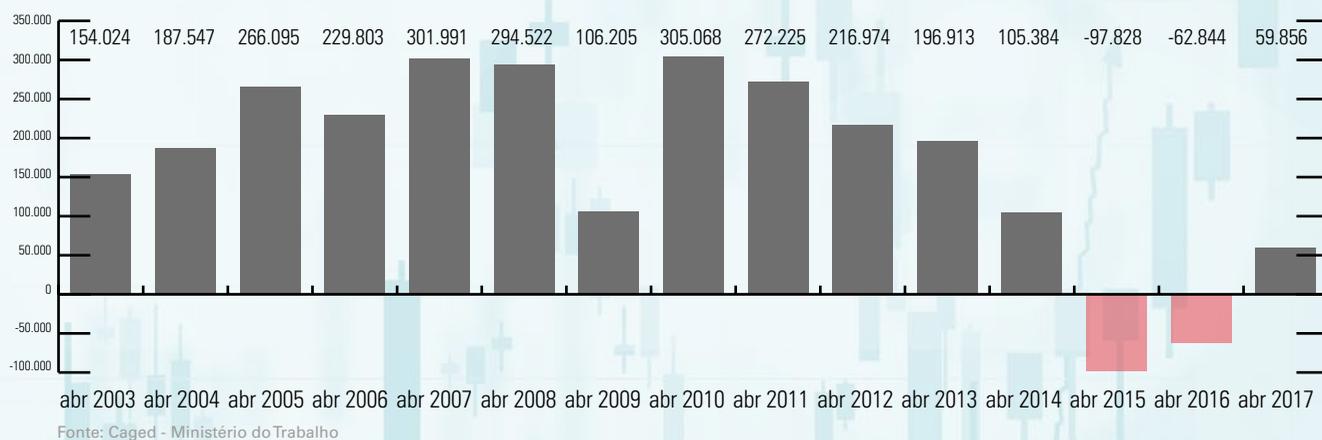


Fonte: IBGE

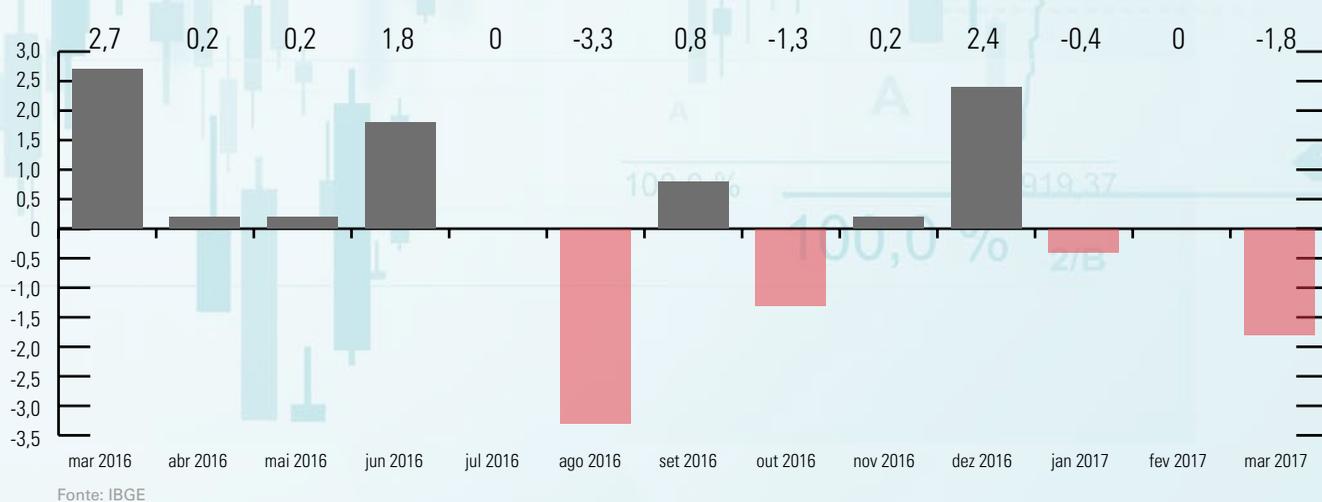
CÂMBIO AJUDA AS EXPORTAÇÕES (Comportamento das exportações e importações, em US\$ bilhões)



EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO MERCADO FORMAL PARA OS MESES DE ABRIL



A DIFÍCIL RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Variação mês a mês, em %)



CONGRESSO PRECISA MANTER AGENDA DE REFORMAS

LÍDER DO DEMOCRATAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EFRAIM FILHO DIZ QUE AS INVESTIGAÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO PERTENCEM AO PODER JUDICIÁRIO E QUE CABE AO CONGRESSO NÃO SE DEIXAR PARALISAR, ESTIMULANDO A RECUPERAÇÃO DO PIB

Diante do agravamento da crise política, é importante que o Congresso Nacional tenha maturidade e serenidade para levar adiante a agenda econômica, diz o deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara dos Deputados. "A agenda da Lava Jato, das investigações, pertence ao Supremo Tribunal Federal. A agenda econômica é tarefa do Congresso. A pior resposta que podemos dar à sociedade neste momento é a inércia, é a omissão, é paralisar os trabalhos", afirma o parlamentar.

Como a aprovação das reformas em discussão no Congresso pode ajudar na recuperação da economia?

A agenda econômica proposta pelo governo é essencial para a retomada do crescimento, para o Brasil voltar a crescer e especialmente para recuperar os empregos perdidos. Sabíamos que a tarefa de recuperar o caos econômico

deixado pelo PT não seria fácil, mas os primeiros sinais já aparecem e mostram que estamos no rumo certo. Vale citar alguns indicadores: o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre voltou a crescer, após dois anos de recessão, que configuraram o pior período da história do Brasil, do ponto de vista econômico; a inflação está abaixo da meta definida pelo governo, inclusive com uma folga; houve queda de juros; e houve melhora no saldo da balança comercial. Estes são alguns exemplos de resultados do que foi feito nos últimos doze meses.

Mas o desemprego continua alto.

Sim, o grande desafio agora é fazer as melhoras dos indicadores econômicos se refletirem na vida real das pessoas, e isso se dá especialmente pela diminuição do desemprego e pela geração de novas oportunidades de trabalho.

O agravamento da crise política em função das denúncias envolvendo o presidente Michel Temer pode atrapalhar?

Acredito que é hora de transparência, de reconhecer que o momento é delicado e que as denúncias causaram um impacto no andamento das reformas. Mas é preciso que o Congresso tenha maturidade e serenidade para poder dividir essas duas agendas, sabendo que ambas são importantes para o Brasil. A agenda da Lava Jato, das investigações, pertence ao Supremo Tribunal Federal (STF). A agenda econômica é tarefa do Congresso. A pior resposta que podemos dar à sociedade é a inércia, é a omissão, é paralisar os trabalhos, como quer a oposição, que tenta obstruir as votações. Acho que a alternativa é essa: o Congresso chamar para si a responsabilidade, tocar essa agenda econômica do país e deixar a agenda de investigações



Líder do DEM defende Refis para aliviar efeitos da crise econômica sobre as empresas

a cargo do STF. Ainda, esperar que as respostas sejam rápidas e pedir que as investigações têm de ser aprofundadas e que as respostas sejam rápidas, como cobra a sociedade.

Do ponto de vista da agenda econômica, fora as reformas da Previdência e a trabalhista, o que pode avançar?

A desburocratização de procedimentos e os temas que envolvem a simplificação de regras tributárias são um terreno fértil para o Legislativo agir. Tem muita coisa para ser feita nessa área. Vale destacar que já conseguimos avançar em outras agendas importantes para o Brasil, como a negociação das dívidas dos estados e a convalidação dos incentivos fiscais.

E o programa de recuperação tributária?

O governo já editou uma nova medida provisória trazendo os termos do acordo

negociado para votação no plenário, com aval do Ministério da Fazenda. Com isso, algumas medidas têm efeito imediato a partir da publicação. E, claro, ressaltando que o Refis (programa de refinanciamento de dívidas com a Receita Federal) não pode ser uma prática corriqueira porque senão perde sua razão de ser e gera até um desestímulo ao pagamento em dia e um estímulo à sonegação. Mas, diante de uma crise econômica sem precedentes por que o Brasil passou, o instrumento do Refis nesse momento é justificado, necessário e poderá salvar muitas empresas que estavam a caminho de fechar as portas para poder retomar um fôlego e continuar investindo e gerando empregos.

Mesmo nesse cenário de crise, o Banco Central voltou a reduzir os juros no final de maio. Há espaço para novas reduções?

Acredito que sim. A expectativa do investidor e da sociedade brasileira é que há um espaço para os juros caírem e servirem de estímulo à nossa economia. A inflação sob controle é um indicativo que nos dá essa perspectiva.

Há algum outro projeto na Câmara que possa ser votado neste ano?

Dois temas ainda têm de ser enfrentados. Um deles é a reforma política, que precisa acontecer até outubro porque, pela primeira vez, há consenso no Brasil de que o atual modelo se esgotou. Então nós já temos um ponto de partida, embora não tenhamos o ponto de chegada, que é saber o melhor modelo para essa transição. E há também a reforma tributária, que no atual momento deve se concentrar na simplificação e desburocratização, o que já seria um grande avanço.

BNDES DEVE RECUPERAR SEU PAPEL

PROFESSOR DA FGV DE SÃO PAULO, NELSON MARCONI DEFENDE QUE A INSTITUIÇÃO CHAVE NO FINANCIAMENTO AO SETOR PRODUTIVO VOLTE A OFERECER CRÉDITO, REAQUECENDO A ECONOMIA E ALIVIANDO O FLUXO FINANCEIRO DAS EMPRESAS

A pesar de estar acuado pela crise política, o governo ainda tem instrumentos para ajudar a recuperar a economia. Um deles é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que deveria retomar suas operações e fornecer crédito para o setor produtivo, avalia o economista Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Outro instrumento seria a retomada das concessões, apesar das incertezas, diz ele, que também coordena o Fórum de Economia da FGV e dirige o Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento da instituição.

No atual cenário, o que ainda pode ser feito para melhorar a economia?

Até as eleições, em 2018, acho que vamos ficar andando de lado. Em função do ambiente político e do cenário econômico, o investimento privado ainda vai ficar retraído. A chance que o governo teria de estimular a atividade econômica seria

aprofundar o programa de concessões ou estimular as exportações. O programa de concessões dificilmente avançará, por conta da conjuntura política, e o estímulo das exportações não é do feito da atual equipe econômica, que tem uma preocupação maior em segurar a inflação e manter o dólar mais baixo, o que reforça a política monetária, mas prejudica as exportações. A longo prazo, as reformas previdenciária e trabalhista, em discussão no Congresso, são importantes, mas talvez o governo não consiga aprová-las na intensidade em que está propondo. Acredito que vão conseguir alguma coisa, mas ainda não dá para saber em que grau. E isso é uma pena.

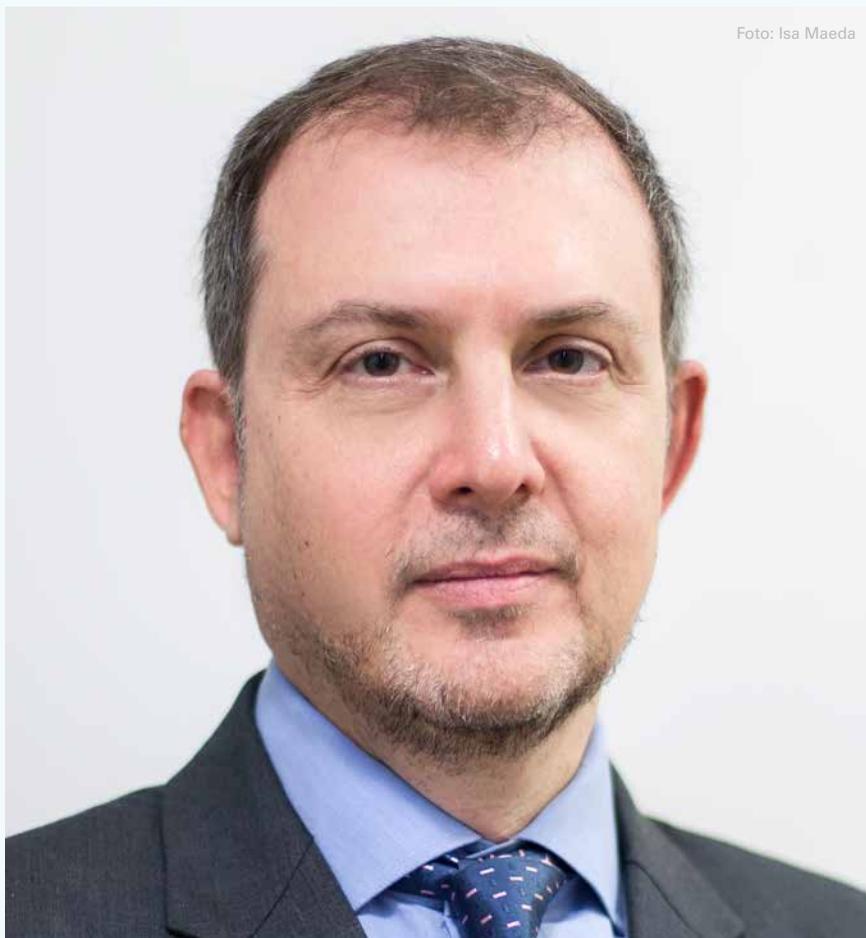
No caso das concessões, o Legislativo já aprovou um novo marco legal. Portanto, essa não é uma medida que depende mais do Executivo?

Sim. Minha dúvida é se haverá empresas participando desse processo sabendo que o cenário está tão incerto. Tenho

um pouco de receio em relação aos investimentos porque ninguém sabe, hoje, se esse marco regulatório poderá ser alterado no futuro, se as atuais regras vão prevalecer. Mas avançar nas concessões é uma medida importante para estimular a economia.

Há espaço para o Banco Central continuar reduzindo a taxa de juros ao longo do ano?

Minha impressão é que eles vão reduzir o ritmo de queda dos juros, até para ver como os preços e o câmbio vão reagir nesse cenário de maior turbulência política. Se tiver uma alta muito elevada do câmbio, eles vão controlar mais a queda dos juros. Mas a princípio acredito que serão mais cautelosos e não vão manter o ritmo de redução da taxa básica de juros. Será uma surpresa se mantiverem. É bom a gente lembrar que a taxa real de juros continua muito alta, em torno de 7,5% anuais.



Marconi acredita que o BC vai reduzir o ritmo da queda nos juros

E as medidas microeconômicas, o que pode ser feito?

Nada impede que o governo adote medidas para melhorar o ambiente de negócios. Se a situação se estabilizar, com ou sem o atual presidente, haverá espaço para votar coisas menos polêmicas, como atualizar a lei de recuperação judicial ou medidas de estímulo às exportações. Mas acho que somente elas não serão suficientes para a retomada do crescimento, embora criem condições importantes para que depois, no futuro, o país estimule o nível de atividade do setor produtivo.

Em relação à reforma trabalhista?

Essa reforma é importante para flexibilizar uma série de pontos e facilitar a negociação, mas a proposta, da forma como está, reduz o poder de participação dos sindicatos e não acho isso muito bom. A legislação deveria deixar mais claro quais cláusulas poderiam ser negociadas de maneira mais descentralizada e fortalecer os

sindicatos na negociação nacional. Isso ajuda a reduzir a insegurança jurídica. Diminui muito o poder do sindicato, mas a possibilidade de reduzir salário em períodos de recessão, com posterior recuperação, é uma possibilidade que não está prevista e amenizaria muito o desemprego, hoje em torno de 14 milhões de pessoas. Se você conseguir negociar algum tipo de redução temporária de salário, você sai muito mais rapidamente de uma crise. E não estou vendo a reforma mexer nisso. Outra coisa que não vejo é com relação às ações trabalhistas. Nada garante que haverá redução das ações, que são uma dor de cabeça grande para as empresas.

O que pode ser feito para melhorar as condições de financiamento?

Primeiro é importante que o BNDES retome o papel dele enquanto fornecedor de crédito para a economia. Não dá para reativar a economia sem reativar o crédito. Além disso, há uma outra mudança

importante no mercado de crédito como um todo que pode ajudar o mercado de capitais: hoje há uma acomodação do mercado financeiro em aplicar em papéis da dívida pública, uma espécie de mercado cativo e seguro. Para mudar isso, estimulando o investimento em outros ativos, é preciso acabar com a indexação da dívida pública. Ao fazer isso, você cria condições para que o mercado privado ofereça outras alternativas de crédito. Uma das alternativas pode ser o crédito de longo prazo. Não acho que o mercado, sozinho, vá ofertar a quantidade de crédito necessária.

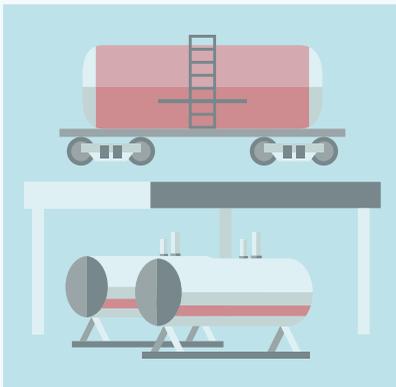
O refinanciamento de dívidas com a Receita Federal, pode ajudar na recuperação?

As empresas estão muito endividadas e, numa situação dessas, a primeira coisa que fazem é deixar de pagar impostos como estratégia de sobrevivência. Esse parcelamento poderá ajudá-las a colocar em dia sua situação.

PAÍS PRECISA DE MAIS GÁS

CNI E ESPECIALISTAS DEFENDEM PROFUNDA MUDANÇA NO SETOR DE GÁS NATURAL, COM LIMITES AO MONOPÓLIO DA PETROBRAS, NOVOS COMPETIDORES E REDUÇÃO DE CUSTOS





O Brasil pode melhorar rapidamente a qualidade de sua matriz energética, triplicando, em poucos anos, a utilização do gás natural pela indústria, reduzindo custos, aumentando a competitividade e ainda cortando as emissões poluentes. Tudo isto sem que o governo, em crise fiscal, tenha que investir um único centavo. Este seria um passo extremamente relevante na construção de um parque industrial mais eficiente e com redução de custos de produção.

O aumento da competição no mercado de gás natural, que está associado à revisão do modelo tarifário e à nova regulamentação para o uso compartilhado da infraestrutura logística, poderia reduzir os preços dos atuais 14 dólares por milhão de BTU para algo em torno de nove dólares, segundo Rodrigo Garcia, especialista em energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo ele, os primeiros passos para um futuro mais promissor já foram dados, por meio da elaboração de uma série de trabalhos conjuntos entre o setor privado e órgãos estatais como o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Fátima Giovanna Coviello Ferreira, diretora de economia e estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), concorda que existe espaço para uma forte redução de preços no médio prazo em um novo cenário regulatório, mas manifesta a preocupação da entidade com eventuais efeitos da conjuntura política no encaminhamento do tema. Para a diretora, “é imprescindível que os consensos obtidos em oito documentos reunidos no projeto *Gás para Crescer* prossigam e que

sejam implementadas as várias ações que independem de alterações legislativas, de tramitação mais difícil na atual conjuntura”.

Os documentos mencionados, que representam pontos de consenso para o novo marco regulatório necessário ao desenvolvimento do mercado de gás, foram reunidos pelo Ministério de Minas e Energia e apresentados para consulta pública. Agora, as contribuições recebidas estão sendo analisadas pelo MME para possível incorporação ao documento *Diretrizes Estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural no Brasil*.

Para a diretora da Abiquim, as propostas em análise representam uma ponte entre o modelo ainda vigente e certamente esgotado, como fica evidente nas atuais limitações de investimento da Petrobras, e o futuro de um mercado mais aberto, competitivo e bem regulamentado, onde o custo da matéria-prima poderia ser inferior em mais de 30% em relação às cotações atuais. Diversas medidas independem de alterações legislativas, lembra Fátima Coviello Ferreira, podendo ser adotadas pela ANP e pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), como a regulamentação do gás natural como matéria-prima, uso já previsto na Lei do Gás em vigor.

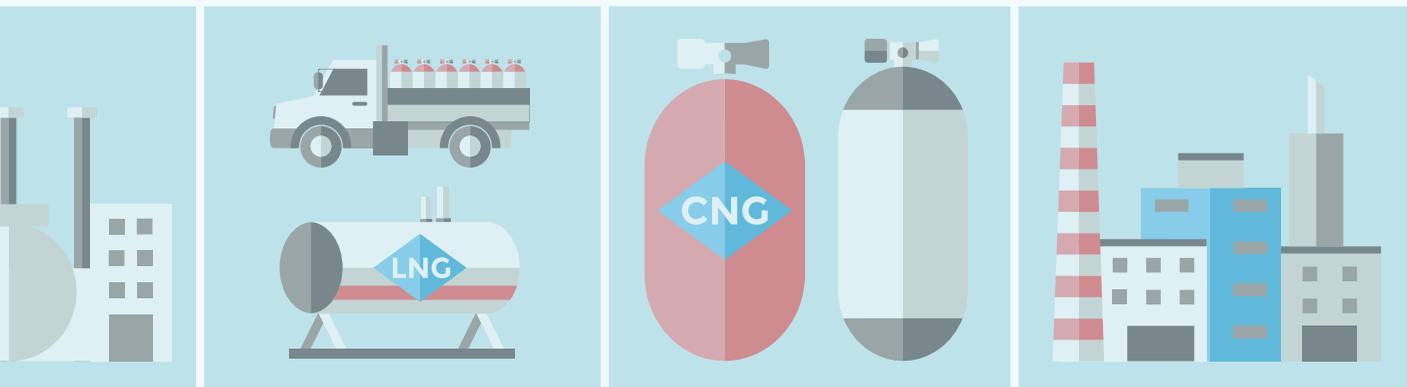
Preço é a soma simples de custo da molécula, do transporte e da distribuição. No Brasil, esta equação é composta por um único vendedor da matéria-prima, mais um monopólio natural sem regulamentação no transporte e mais um sistema ineficiente e nada transparente na distribuição, explica Camila Schoti, diretora de energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

(Abrace). É esta equação que o programa *Gás para Crescer* pretende resolver.

O superintendente da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, é irônico ao comentar o modelo de regulação estadual da distribuição: “foi inspirado nas capitânicas hereditárias”. Para ele, a legislação estadual contém normas que inflacionam os custos do gás, tornando muitas operações ineficientes. Ainda que a revisão da regulamentação estadual seja imprescindível, Belmonte considera que esse é um dos nós regulatórios mais difíceis de desatar atualmente, dada a falta de consenso.

Atualmente, a indústria brasileira é o maior consumidor do gás natural do país, tendo utilizado, em 2016, cerca de 41 milhões de m³/dia, mais da metade do consumo nacional. Mas, conforme ressalta a CNI, a formação do preço do gás no Brasil está fortemente vinculada ao atual modelo regulatório, que funciona em regime de virtual monopólio na produção, comercialização e importação e com um agente econômico dominante nas demais atividades. No atual modelo, as cotações não sofreram quedas significativas, nem mesmo com a redução da atividade industrial nos últimos anos de recessão.

Lucien Belmonte, da Abividro, comenta que o custo do transporte de gás no Brasil é duas ou três vezes superior ao gasto em outros países. Esta estatística foi complementada por Camila Schoti, da Abrace, que lembra que “nossa tarifa de escoamento é de US\$ 1,75 por milhão de BTU, contra US\$ 0,50 na Argentina, com malha semelhante”. Camila lembra, ainda, que parte significativa da produção nacional é de gás associado



ao petróleo, utilizada na exploração dos campos marítimos e não contribui para o atendimento do mercado. Importações de gás natural liquefeito (GNL) esbarram nas limitações da infraestrutura, embora sejam feitas em escala reduzida. O quadro geral de produção é um limitante ao aumento do consumo.

A produção nacional é francamente insuficiente para o atendimento do mercado, dependendo do país, essencialmente, das importações da Bolívia, cerca de 28 milhões de m³/ dia em 2016, realizadas exclusivamente pela Petrobras. Esta é uma operação inviável na opinião dos consumidores brasileiros. Com a localização dos campos mais promissores na plataforma continental e distante dos centros de consumo, será necessário expandir a produção em campos de terra, permitindo a entrada de empresas de menor porte do que as petroleiras

tradicionais, estimulando a competição e induzindo a redução de custos. O Ministério de Minas e Energia avalia que a continuidade do *Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres* (REATE), lançado em janeiro deste ano, irá contribuir para o aumento das atividades de exploração e produção em áreas terrestres, fortalecendo a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional. Mas não há previsões a respeito da velocidade e extensão desse impacto sobre o mercado

consumidor, embora o MME manifeste esperança de que a 14ª rodada de leilões da ANP, prevista para o segundo semestre deste ano, inicie esse processo.

Com as mudanças no modelo de gestão, nos objetivos estratégicos e, principalmente, na visão ideológica de competição e mercado, a Petrobras está implantando mudanças em seu papel, reduzindo novos investimentos e alienando ativos em diversos setores de atuação, incluindo ativos importantes na área de

de praticamente toda a infraestrutura, anunciou que reduzirá seu papel neste segmento, já tendo vendido alguns ativos no setor de transporte. Atualmente, é acionista em 18 e controladora em duas das 27 distribuidoras de gás natural que atuam no Brasil, com poder de mercado assimétrico sobre os competidores, o que mantém o mercado brasileiro fechado e essencialmente monopolista. Porém, ao liderar a estruturação e o desenvolvimento da indústria de gás,

a Petrobrás levou a participação do gás natural na matriz energética brasileira de 4% em 1999 para 13,7% em 2015.

O gás pode ter um papel muito importante na retomada do crescimento nacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, a recuperação da economia nos últimos anos deve muito à redução dos custos de energia para uso no aquecimento e na indústria,

derrubando as cotações e as importações de petróleo. Na avaliação de Rodrigo Garcia, da CNI, boa parte do êxito do *shale gas* se deve não apenas aos baixos custos de produção, mas também à excelente e bem regulamentada rede logística e ao competitivo modelo de negócios. Atualmente, o Brasil não pode pensar em preços equivalentes no curto prazo, pela baixa produção de gás natural em terra, pela dependência de importações e falta de infraestrutura e, também, pelo papel dominante e virtualmente monopolista da Petrobras no mercado de gás.

“O primeiro passo não está na adoção de um novo marco regulatório, mas sim em uma política mais clara e transparente da ação futura do gigante do setor.”

Lucien Belmonte, superintendente da Abividro

gás natural. O Superintendente da Abividro, contudo, não está otimista com a nova gestão da Petrobras, preferindo esperar que a empresa se posicione mais explicitamente em relação à sua visão de um novo mercado de gás. Lucien Belmonte considera que “o primeiro passo não está na adoção de novo marco regulatório, mas sim em uma política mais clara e transparente da ação futura do gigante do setor”.

A Petrobrás, dominante no setor de gás natural, com 86% da produção total, 100% da comercialização e o controle

O MERCADO DE GÁS NO BRASIL

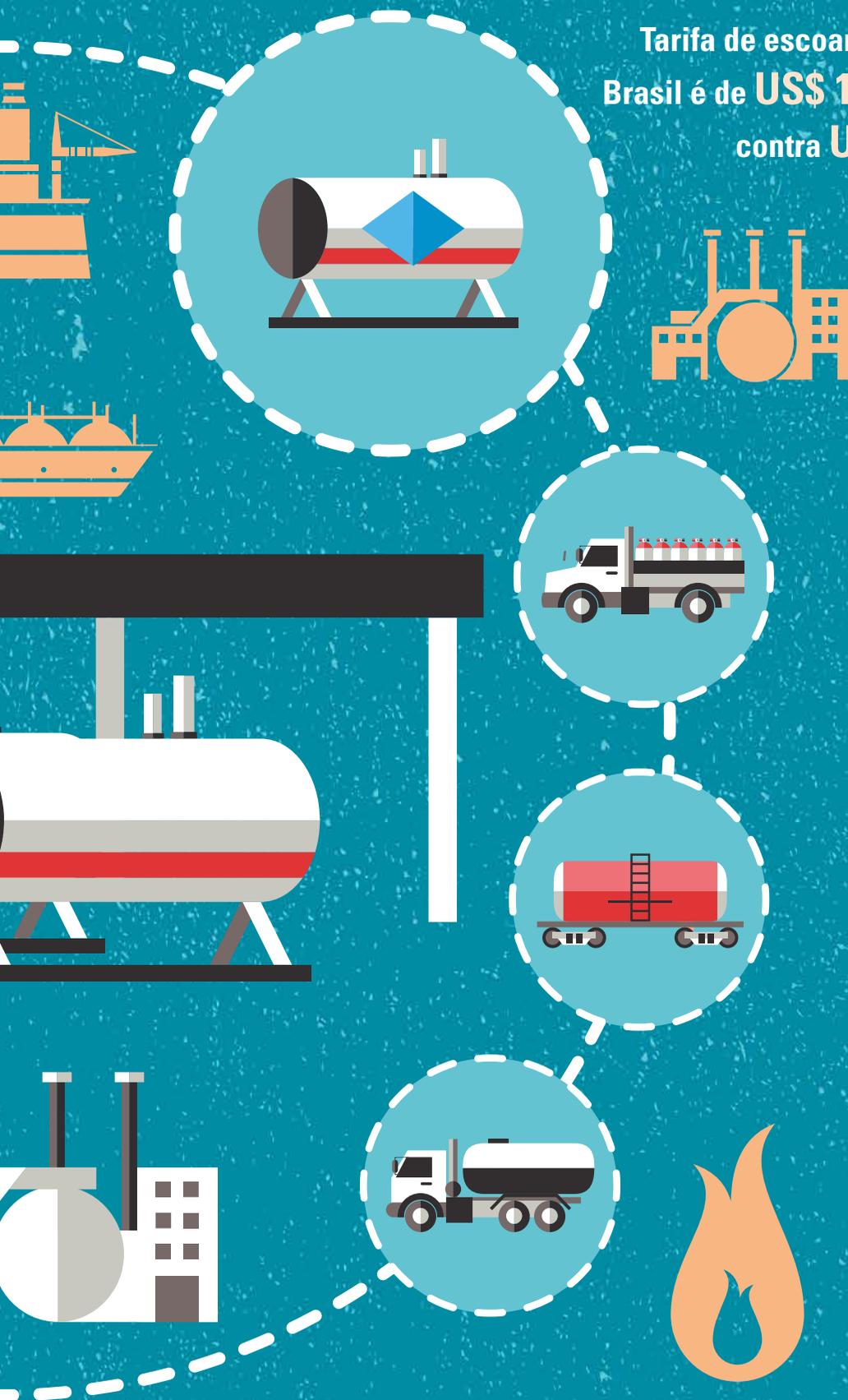
Indústria brasileira é o maior consumidor de gás natural do país, tendo utilizado, em 2016, cerca de **41 milhões** de m³/dia, mais da metade do consumo nacional



Mudanças regulatórias poderiam reduzir o preço dos atuais **US\$ 14** por milhão de BTU para algo em torno de nove dólares por BTU



Tarifa de escoamento do gás natural no Brasil é de **US\$ 1,75** por milhão de BTU, contra **US\$ 0,50** na Argentina, com malha semelhante



O PAÍS NÃO PODE RETROCEDER, DIZ ROBSON ANDRADE

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirmou, em comunicado, que não pode haver retrocessos nos avanços duramente conquistados nos últimos meses. Por isso, o Congresso Nacional precisa dar continuidade às reformas estruturais – trabalhista, previdenciária, tributária e política – que são fundamentais para recolocar o país no rumo certo. “Temos a convicção de que os poderes da República serão capazes de solucionar a atual turbulência com serenidade, equilíbrio e espírito público, em estreita observância à Constituição Federal. O Brasil não pode parar”, disse Robson Andrade, em seu pronunciamento.



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

CONGRESSO DEBATERÁ FUTURO DA INDÚSTRIA NO MUNDO DIGITAL

As principais tendências em inovação e tecnologias digitais, assim como seus impactos na indústria brasileira, serão tema do 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, promovido pela CNI e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que acontece nos dias 27 e 28 de junho, em São Paulo. São esperados 3 mil participantes entre líderes empresariais, autoridades e especialistas em inovação, do Brasil e do mundo. O evento faz parte da agenda de Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI).



Foto: José Paulo Lacerda/CNI

SENAI INAUGURA INSTITUTOS DE TECNOLOGIA NO RS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Rio Grande do Sul inaugurou, em maio, o Instituto SENAI de Tecnologia de Madeira e Mobiliário, em Bento Gonçalves, e o Instituto SENAI de Tecnologia em Mecatrônica, em Caxias do Sul. As unidades integram uma rede nacional composta por 25 institutos de inovação e 60 institutos de tecnologia, destinados à maior produtividade da indústria. Essa rede inclui consultorias técnicas especializadas, pesquisa e desenvolvimento e serviços laboratoriais.

SESI CONQUISTA 2º LUGAR EM MUNDIAL DE ROBÓTICA

A equipe Thunderbóticos, do Serviço Social da Indústria (SESI) de Rio Claro (SP), conquistou o 2º lugar geral no *World Festival*, principal torneio de robótica do mundo. Ao todo, 110 equipes de diversos países competiram em Houston, nos Estados Unidos. Essa foi a primeira participação da equipe de Rio Claro em um torneio internacional. Disputaram também: os times Big Bang, do Sesi de Birigui (SP), vencedor do prêmio de melhor *Apresentação de Pesquisa*; Robocoe, do Colégio Coesi, de Aracaju (SE), que conquistou o 1º lugar na categoria *Estratégia e Inovação*; e Megasnakes, do Sesi de Boituva (SP), 1º lugar no quesito *Inspiração*.



Foto: José Paulo Lacerda / CNI



Foto: Miguel Ângelo / CNI

ESCOLHIDOS OS FINALISTAS DO PRÊMIO MARCANTONIO VILAÇA

Vinte artistas e três curadores foram selecionados como finalistas do 6º Prêmio CNI Sesi SENAI Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas. Em agosto, eles participarão de uma exposição no Museu Brasileiro de Escultura (MuBE), em São Paulo, quando serão divulgados os nomes dos cinco artistas ou coletivos vencedores que ganharão, cada, uma bolsa-trabalho de R\$ 50 mil. Para o curador, o valor é de R\$ 25 mil. A partir de dezembro, as obras premiadas percorrerão quatro cidades brasileiras em uma mostra itinerante.



Foto: Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados

Setor produtivo espera que Congresso Nacional prossiga com as reformas

REFORMAS DEVEM SEGUIR SEU CURSO

CNI AVALIA QUE TURBULÊNCIA PROVOCADA PELAS INVESTIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO PODEM PREJUDICAR O ANDAMENTO DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA, CRUCIAIS NESTE MOMENTO

De que o Brasil encontra-se em uma grave crise política, não resta dúvida. Mas quanto disso tem afetado a continuidade da apreciação das reformas trabalhista, previdenciária e tributária em tramitação no Congresso Nacional? Governistas e parte da oposição concordam com a necessidade das reformas, mas falta consenso sobre a velocidade das discussões e a extensão das mudanças. Até entre aliados do presidente Michel Temer há críticas à condução das reformas. Os aliados que já desembarcaram do governo – PSB, PPS, Podemos e PHS – por sua vez, reforçam o coro da oposição sobre uma “dosagem” das reformas.

A reforma trabalhista - proposta que moderniza as leis do trabalho - já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), passará pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deve saltar a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para ser apreciada diretamente no plenário da Casa. Para que isso ocorra, será necessária a coleta de assinaturas de líderes partidários que representam, ao menos, 41 dos 81 senadores. A manobra é para driblar as investidas do

líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), que se opõe à reforma e tem sido crítico às ações do governo Temer.

Para caciques políticos, é necessário consenso sobre regras trabalhistas e previdenciárias antes de se definir o nome para eventual eleição indireta, caso o presidente Temer seja afastado do cargo. A reforma trabalhista prevê pontos que poderão ser negociados entre empregadores e empregados e, em caso de acordo coletivo, passarão a ter força de lei.

O Palácio do Planalto defende celeridade na aprovação da proposta pelo Senado para que as novas regras entrem em vigor o quanto antes e sinalizem, aos atores políticos e econômicos, que não há paralisa decisória em Brasília. Além disso, os governistas acreditam que o avanço do projeto no Senado pode dar sinais ao mercado de que, apesar da crise política, as instituições estão funcionando e o país tem condições de superar os problemas econômicos.

De acordo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não há “plano B” para a reforma da Previdência. A informação de que outras alternativas são costuradas pelo governo caso a

crise política inviabilize a votação da reforma no Congresso chegou a ser publicada pela imprensa, mas foi prontamente desmentida por Meirelles. Segundo o ministro, um eventual atraso na votação não fará diferença para os cofres públicos, mas para a formação de expectativas da economia brasileira.

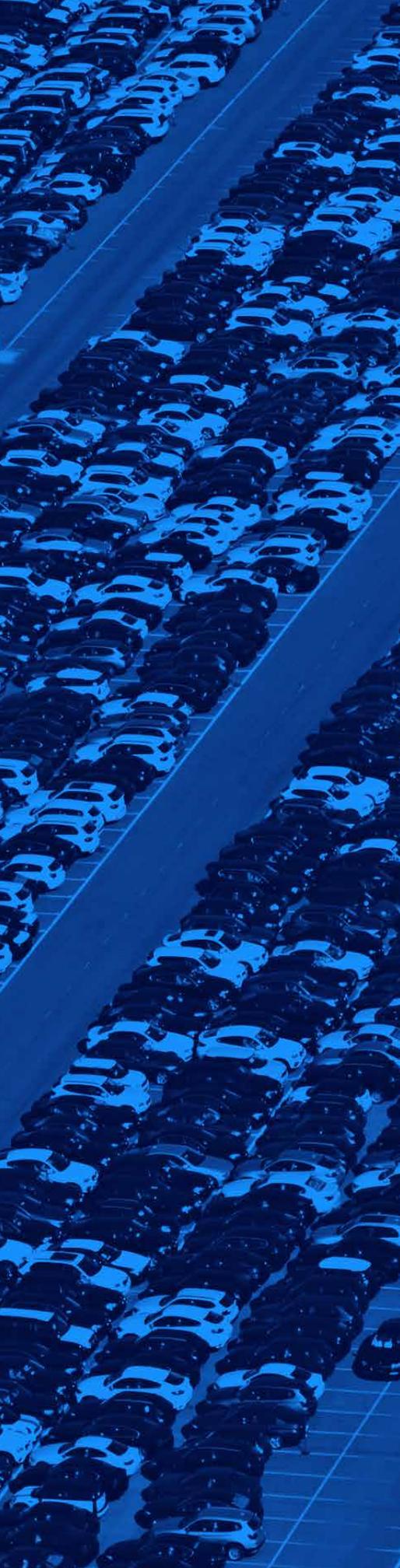
Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), essas medidas são essenciais para recolocar a nação no rumo certo e gerar postos de trabalho e renda para os 14 milhões de brasileiros desempregados. Em meio a incertezas, o setor produtivo está certo da importância de perseverar com as reformas, e tem apelado para que o Poder Legislativo não permita que a crise política aborte a incipiente recuperação da economia.

Por meio de nota, a CNI e as Federações das Indústrias dos estados entendem que, somente com a continuidade das reformas, o Brasil sairá da recessão e voltará a crescer. “A indústria confia que as instituições e a sociedade encontrarão as soluções para superar essas novas adversidades. O país precisa enfrentar a atual crise política com serenidade e espírito público”, diz a nota.

ROTA 2030, O CAMINHO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

NOVA POLÍTICA AUTOMOTIVA BUSCA ELEVAR NÍVEL TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA NACIONAL POR MEIO DE PROCESSOS MAIS AVANÇADOS E DIGITAIS, EM QUE OS CUSTOS SERÃO REDUZIDOS E OS PRODUTOS TERÃO MAIOR QUALIDADE

Novo programa visa a garantir maior competitividade à indústria automobilística brasileira nos próximos 13 anos



O Brasil terá um novo regime automotivo a partir de 2018. O *Rota 2030* é a proposta do governo federal para aumentar a competitividade do setor frente aos mercados mais exigentes, com investimentos em tecnologia que aprimorem a segurança e a qualidade e diversifiquem produtos e serviços. O programa vem para substituir a atual política industrial do setor automotivo, *Inovar-Auto*, considerado ilegal pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Sob o comando do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o *Rota 2030* está sendo elaborado por um grupo de trabalho que reúne representantes do governo e da indústria, responsável por identificar os problemas e desafios de toda a cadeia produtiva do setor automobilístico. O programa deverá vigorar por 13 anos.

“Precisamos ter objetivos duradouros, ainda que haja necessidade de revisões periódicas. O importante é que as metas devem valer por muitos anos, independentemente dos governos”, afirma o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, um dos parceiros do MDIC na proposta, ao lado dos ministérios da Fazenda, de Ciência e Tecnologia e do Planejamento, da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O *Rota 2030* será constituído com base em nove pilares: diretrizes de

segurança; recuperação da cadeia de autopeças; eficiência energética; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; localização de tecnologia; relações trabalhistas; inspeção veicular; logística; e tributação. Nesta primeira etapa, contudo, a regulamentação está dirigida somente aos quatro primeiros pilares. Simultaneamente, haverá um esforço para a simplificação tributária nas operações automotivas.

Entre as principais propostas da indústria para o *Rota 2030* está recuperar a base dos fornecedores, com a criação de programa de refinanciamento de dívidas ou linha de crédito especial voltada para o setor de autopeças, que sofreu muito com a queda do mercado de automóveis e está fragilizado.

A eficiência energética é outra pauta da indústria para o *Rota 2030*, que demanda mudanças no sistema tributário para que os impostos sejam cobrados de acordo com o consumo e as emissões dos veículos e não segundo a cilindrada do motor. O novo critério determinará que motores mais econômicos recolherão menos impostos e deve favorecer os carros elétricos e os híbridos.

Além disso, é importante aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e criar uma política para incluir novos sistemas e recursos de segurança aos carros, assim como propor a criação de um programa nacional de inspeção veicular para assegurar a redução de acidentes e de poluição.



Muitas tarefas podem ser integralmente automatizadas, mas somente 5% das profissões podem ser totalmente substituídas, segundo a McKinsey

UM FUTURO COM MAIS ROBÔS

ESTUDO REVELA QUE 69% DOS POSTOS DE TRABALHO DO SETOR INDUSTRIAL NO MUNDO PODEM SER AUTOMATIZADOS. ATÉ 2065, O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE GLOBAL COM A AUTOMAÇÃO PASSARÁ DE 0,8% PARA 1,4%

A adoção da robótica, da inteligência artificial e da aprendizagem mecânica poderia dar um salto para a economia em um momento de crescimento de produtividade e envelhecimento da mão de obra em muitos países. As máquinas fariam trabalhos menos qualificados e perigosos, enquanto as pessoas estariam liberadas para inventar, evoluir e gerenciar inovações. O propósito da automação, afinal, não é extinguir os empregos, mas mudar a vida de mais da metade dos trabalhadores em todo o mundo.

É o que diz um estudo da consultoria McKinsey – *A future that works: automation, employment and productivity* (Um futuro que funciona: automação, emprego e produtividade) – realizado em 54 países que concentram 78% da força de trabalho global. Até 2065, mais da metade das atividades de trabalho poderão ser automatizadas com a tecnologia atual e da próxima década. O Brasil é um dos países com maior potencial de automação de mão de obra, em níveis semelhantes ao da China, da Índia e dos

Estados Unidos, aponta o estudo. O potencial de automação brasileiro está estimado em 50%, o que afetaria 53,7 milhões de empregados. A indústria, por sua vez, tem o maior percentual de empregos automatizáveis no país, com 69% dos postos.

A estimativa é que, entre 2036 e 2065, deve-se chegar à metade dessas substituições, que dependem do barateamento das tecnologias frente à mão de obra, do dinamismo do mercado e da aceitação social. A automação tem potencial para elevar, anualmente, o PIB global entre 0,8% e 1,4%, nesse período.

Os empregos que podem ser substituídos têm um custo de US\$ 89 bilhões por ano no Brasil (R\$ 275 bilhões) e US\$ 14,6 trilhões no mundo (R\$ 45,2 trilhões), o equivalente a 1,2 bilhão de trabalhadores, metade da força de trabalho mundial.

Menos de 5% das atividades são candidatas à automação completa. A maioria das profissões tem potencial de automação parcial. Cerca de 60% de todas as ocupações têm, ao menos, 30%

de atividades que podem ser feitas por máquinas. A previsão é alterar as profissões e não promover uma extinção generalizada dos empregos. “O nível correto de detalhe para se analisar o impacto potencial da automação são as atividades individuais no lugar de ocupações inteiras”, apontou o relatório.

As máquinas tendem a avançar mais em funções como coleta e processamento de dados e trabalho físico em ambientes altamente previsíveis, como o chão das fábricas, onde as mudanças são relativamente fáceis de antecipar. A automação vai impactar até o topo do mercado de trabalho – um quarto da atividade dos CEOs. A análise de relatórios e dados para tomar decisões, por exemplo, já poderia ser substituída por máquinas capazes de processar dados e emitir conclusões.

O levantamento mostra, ainda, a necessidade de mudar a educação para que os jovens ganhem competências nas áreas que vão gerar emprego no futuro, como é o caso da programação e da robótica.

CONFIANÇA EM COMPASSO DE ESPERA

EMPRESÁRIOS DA INDÚSTRIA CONTINUAM AGUARDANDO A MELHORA DOS CENÁRIOS POLÍTICO E ECONÔMICO PARA RECUPERAREM SUA CONFIANÇA E INVESTIR DE NOVO



Quedas mais acentuadas na taxa de juros, inflação sob controle e sinais de recuperação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) têm mantido os empresários confiantes com os rumos do país. No entanto, a percepção da indústria ainda é de que a economia não recuperou as condições para a retomada do investimento, como mostrou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de maio. De acordo com a pesquisa, o indicador subiu 0,6 ponto frente a abril, chegando a 53,7 pontos, mantendo-se abaixo da média histórica de 54 pontos. Os dados foram coletados antes das delações do grupo JBS, podendo a recuperação da confiança tardar ainda mais.

Em princípios de maio, os empresários da indústria, quando olhavam para o presente, ainda não percebiam melhora clara nas condições da economia. Quando a pesquisa foi realizada, o indicador registrou 45 pontos, acima dos

44,2 pontos do mês anterior. Na prática, o setor industrial ainda estava à espera de avanços concretos na agenda de reformas em discussão no Congresso Nacional, como a da Previdência Social e a modernização das leis trabalho, aprovada pela Câmara dos Deputados, no fim de abril, agora no Senado.

O componente do ICEI que puxava a sensação de confiança do empresário da indústria era a expectativa para os próximos seis meses, com o indicador chegando a 57,7 pontos. O otimismo estava elevado, sobretudo, em relação ao desempenho da empresa (alta de 58,9 para 59,3 pontos, de abril para maio), com ânimos mais contidos em relação ao futuro próximo da economia (53,8 pontos). Outro aspecto positivo era a disseminação do otimismo: 26 dos 32 setores pesquisados estavam acima dos 50 pontos.

No entanto, a paulatina recuperação do otimismo da indústria brasileira, ao

longo dos últimos 12 meses, deve ser testada na próxima edição do ICEI. Os efeitos da nova crise política, que enfraqueceu a base de apoio do governo federal e colocou em xeque o andamento das reformas, pode ter efeitos negativos justamente sobre o componente do índice que vinha puxando o resultado geral para cima: as expectativas futuras positivas em relação à empresa e ao país.

Ao anunciar, em 22 de maio, que a prévia de seu Índice de Confiança da Indústria (ICI) havia chegado a 92,4 pontos, a melhor marca dos últimos três anos, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) avaliou que a incerteza no contexto político podia interromper a melhora do humor da indústria. "Quanto mais a incerteza perdurar, mais impacto na confiança [do empresariado], o que pode ser devastador para a recuperação econômica", disse a coordenadora da pesquisa pela FGV, Tabi Thuler Santos, na divulgação.

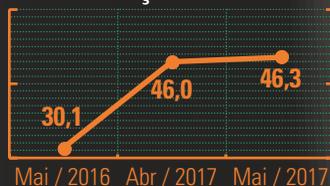
DESCONFIADOS COM O PRESENTE, CONFIANTES NO FUTURO

ICEI



Situação das condições atuais, da economia brasileira e da empresa do entrevistado em comparação com os últimos seis meses (valores acima de 50 indicam "melhor")

Condições atuais



Economia brasileira



Empresa



Expectativas gerais, sobre a economia brasileira e sobre a empresa do entrevistado para os próximos seis meses (valores acima de 50 indicam "expectativa otimista")

Expectativas



Economia brasileira



Empresa



Fonte: ICEI – Ano 19 – nº 5 – Maio/2017

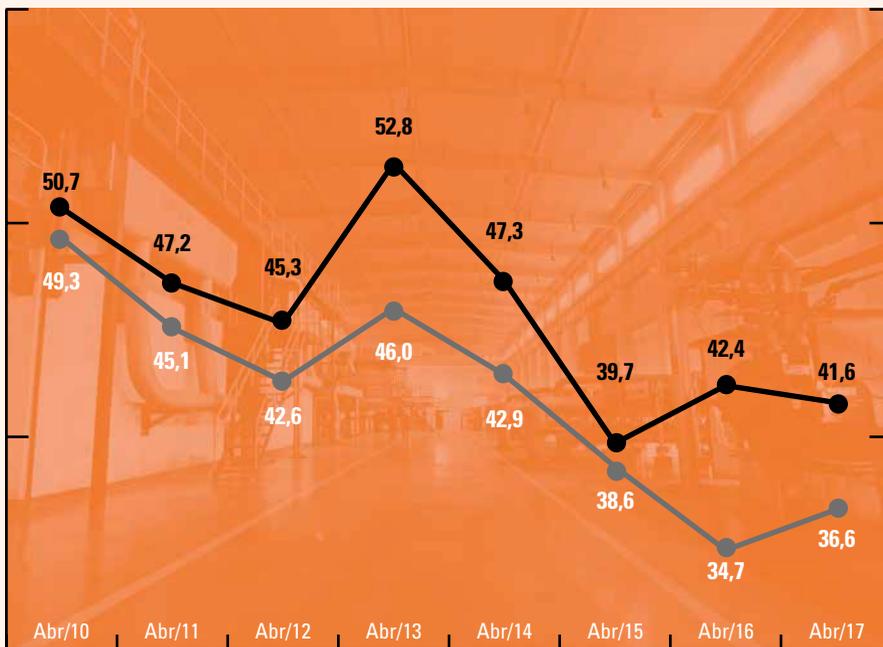
PRODUÇÃO AINDA SOFRE COM A RECESSÃO

Mesmo descontando o grande número de feriados em abril, a queda na atividade da indústria foi mais intensa que o esperado, segundo o último relatório da *Sondagem Industrial*. Com isso, a utilização do parque industrial caiu, de 41,2 pontos em março, para 36,6 pontos no mês seguinte. Esta foi a maior queda mensal no indicador desde junho de 2014 e foi constatada após significativa alta, ocorrida em março de 2017 em relação a fevereiro. O dado é reflexo da fraca produção industrial (41,6 pontos), que ficou abaixo da registrada no mesmo mês de 2016, que por sua vez já havia sido ruim (42,4 pontos).

- Nível de produção
- UCI efetiva x usual

Fonte: Sondagem Industrial – Ano 20 – nº 4 – Abr/2017

Produção recua e ociosidade aumenta



EXPECTATIVAS MENOS POSITIVAS NO CURTO PRAZO



Perspectiva para os próximos seis meses

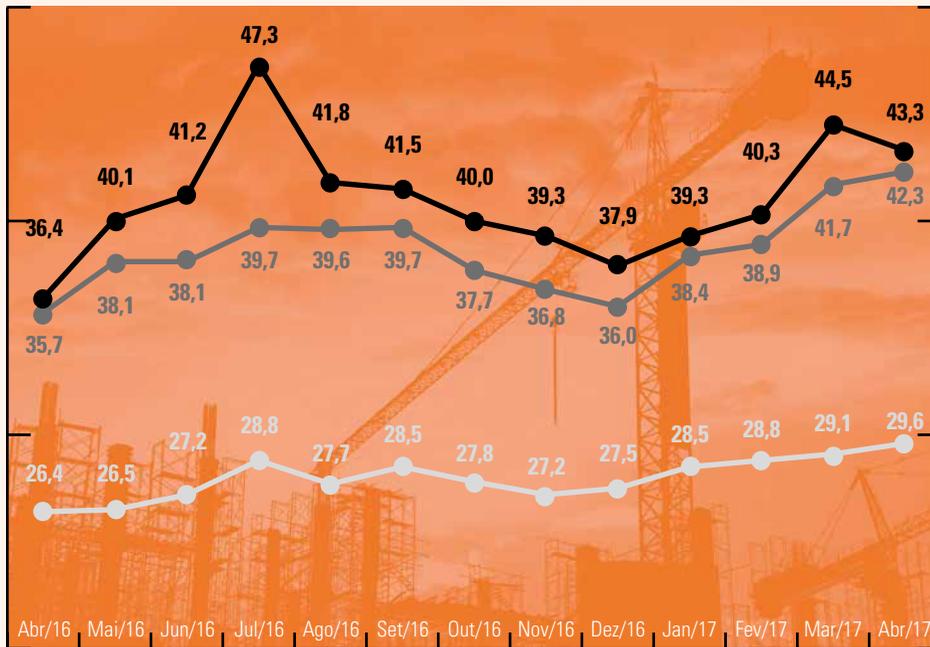
O baixo desempenho de abril serviu para acomodar as expectativas da indústria quanto à demanda, às exportações e à compra de matérias-primas para os próximos seis meses. Todos os indicadores, nesse âmbito, da última *Sondagem Industrial* recuaram em relação a abril: de demanda (-1,4 ponto), de exportações (-0,8 ponto) e o de compra de insumos (-1,1 ponto). A volta das contratações, no entanto, ainda não está nos planos. Em maio, o indicador permaneceu abaixo dos 50 pontos, caindo de 49,1 pontos para 48,7, no comparativo.

Fonte: Sondagem Industrial – Ano 20 – nº 4 – Abr/2017

	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17
Demanda	51,9	51,8	54,7	56,2	54,8
Exportações	52,6	53,5	52,5	54,0	53,2
Compra de matérias-primas	50,0	49,1	52,2	53,7	52,6
Número de empregados	46,4	45,4	48,0	49,1	48,7

CONSTRUÇÃO VOLTA A CAIR

Atividade recua e ociosidade aumenta



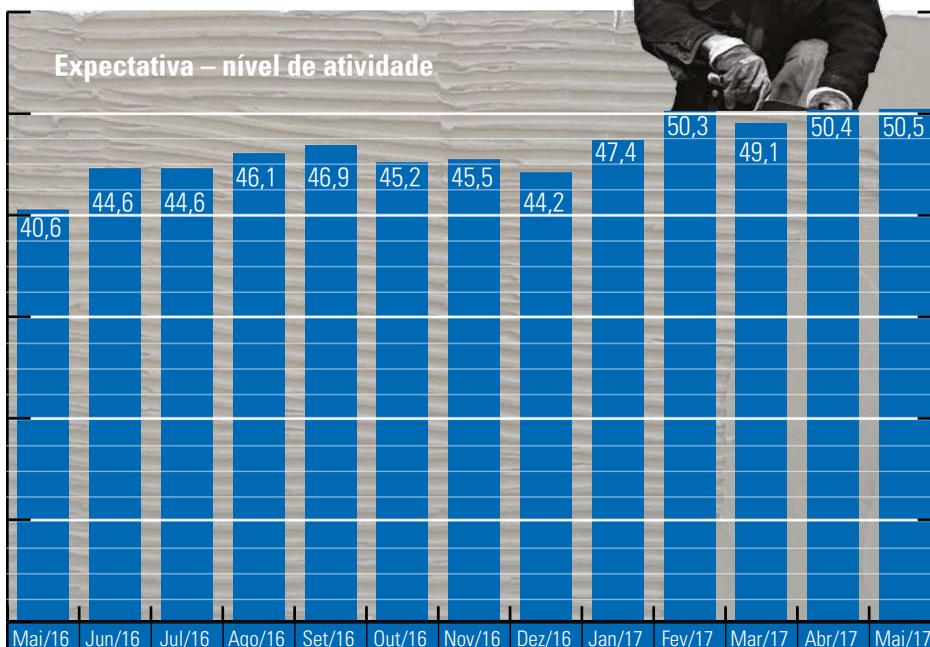
- Nível de atividade
- Nível de emprego
- Ociosidade (UCO)

Apesar de alguns sinais de recuperação em setores da economia, a indústria da construção ainda atravessa cenário adverso. Segundo a *Sondagem Indústria da Construção*, em abril, o setor intensificou a queda no nível de atividade, com recuo para 43,3 pontos, após três meses indicando recuperação, embora ainda abaixo do divisor de 50 pontos. Com isso, a ociosidade operacional – de 29,6 pontos, em abril, ante 29,1 pontos, em março – seguiu em rota negativa. Já o emprego teve oscilação positiva. de 41,7 em março para 42,3 em abril.

Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 8 - Nº 3 – Abril/2017

MERCADO ESTAGNADO MANTÉM DISCRETO OTIMISMO

Evolução do otimismo no setor da construção



A baixa expectativa de que novos empreendimentos saíam do papel mantém a indústria da construção em compasso de espera, com otimismo ainda tímido para os próximos seis meses, de acordo com o relatório mais recente da *Sondagem Indústria da Construção*. Em maio, as expectativas se mantiveram praticamente estáveis, 50,5 pontos, em comparação com os 50,4 pontos de abril. Ainda não há perspectivas de retomada no nível do emprego, tampouco de intensificar a aquisição de insumos e matérias-primas – destacando-se que os números não refletem, ainda, os efeitos da nova crise, que eclodiu no fim de maio.

Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 8 - Nº 3 – Abril/2017

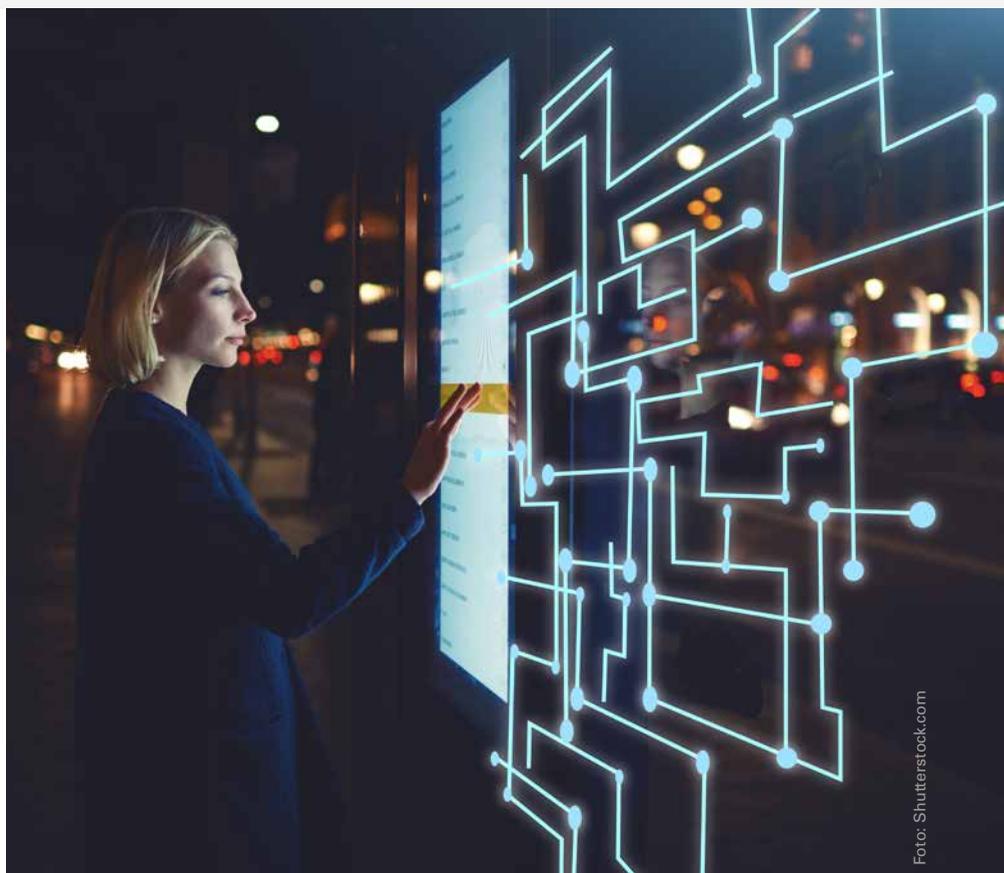


GOIÁS QUALIFICA MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), promovem um projeto que oferece consultorias para garantir a segurança de alimentos e o aumento da produtividade nas micro e pequenas indústrias goianas. As ações constam do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI) e visam a, entre outros pontos, implantar ferramentas de controle de forma a atender aos requisitos sanitários legais, aumentar a produtividade, melhorar processos de fabricação e ampliar a lucratividade da indústria.

FIEAC DEBATE NOVO MARCO DE CT&I

Em maio, um seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) discutiu, em Rio Branco, a Tríplice Hélice (governo-universidade-empresa) e o novo marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), lançado em janeiro do ano passado (Lei nº 13.243/2016). O evento se propôs a debater as mudanças na legislação que permitiram a desburocratização de setores de inovação e maior interação entre as empresas, as universidades e os institutos de pesquisa no desenvolvimento de novas tecnologias.



FIEMS PROMOVE DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA

A Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), o governo do estado e o Paraguai assinaram um termo de adesão ao projeto *Indústria sem Fronteiras*. A ideia é integrar ações que promovam o desenvolvimento econômico dos municípios fronteiriços, gerando emprego, renda, educação e qualificação, além de dar suporte à expansão de indústrias brasileiras no Paraguai, aumentando, assim, a competitividade e a convergência de atividades.



PERNAMBUCO RECEBE EMBAIXADORES DA UNIÃO EUROPEIA

Uma missão diplomática composta por 20 embaixadores da União Europeia (UE) visitou Pernambuco, em maio, com vistas a fortalecer laços e buscar oportunidades entre o Brasil e países do bloco europeu. No acumulado de 2016, as exportações pernambucanas para a UE totalizaram quase US\$ 200 milhões, oriundos dos setores de fruticultura, produtos minerais, açúcares e produtos de confeitaria. O Porto de Suape foi considerado estratégico na ampliação das relações comerciais, se interligado à ferrovia Transnordestina.



FIESC QUALIFICA PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

Doze laboratórios de informática, equipados com 20 computadores e rede sem fio, serão implantados em escolas públicas parceiras do *Movimento Santa Catarina pela Educação*. A iniciativa, liderada pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), em parceria com o Rotary Club, terá investimento de US\$ 140 mil. Segundo a FIESC, um dos principais desafios enfrentados pelo setor produtivo da região é a baixa escolaridade do trabalhador, fator que interfere diretamente na produtividade. A FIESC atuará na capacitação de professores.





PESQUISA REVELA OTIMISMO DE EMPRESÁRIOS DOS EUA

A Câmara Americana de Comércio (U.S. Chamber of Commerce) divulgou pesquisa que mostra que pequenos e microempresários norte-americanos estão confiantes quanto à saúde financeira de suas empresas, embora esperem avanços por parte do governo, nos próximos meses, em questões críticas como investimentos em infraestrutura e uma reforma fiscal abrangente. As empresas, especialmente as pequenas, confiam num cenário com mais empregos, salários mais altos e crescimento econômico forte.

Foto: Shutterstock.com



Foto: Shutterstock.com

CHINESES QUEREM PRODUIZIR AUTOMÓVEIS ELÉTRICOS NA ALEMANHA

O fornecedor automotivo chinês Beijing WKW e o governo chinês estudam abrir uma fábrica de automóveis elétricos em Rothenburg, na Alemanha. A cidade está localizada no estado da Saxônia, que é o coração da indústria automobilística alemã. Lá estão estabelecidas a Volkswagen, a BMW e a Porsche. Há anos a empresa chinesa fornece peças para Mercedes, Audi e BMW. A reputação da qualidade alemã na produção de veículos motivou a abertura da fábrica chinesa, que espera produzir seus primeiros automóveis a partir de 2020, dando oportunidade de emprego a cerca de mil pessoas.

FUSÃO BILIONÁRIA NA INDÚSTRIA QUÍMICA

O grupo químico suíço Clariant e sua concorrente norte-americana Huntsman planejam uma fusão até o final de 2017. A nova empresa Huntsman-Clariant está avaliada em cerca de US\$ 20 bilhões, mas o fechamento do negócio ainda está sujeito a aprovação das autoridades de concorrência e dos seus próprios acionistas. A transação será realizada por meio de uma troca de ações. A Clariant vai possuir 52% na nova empresa e a Huntsman, 48%. Com a fusão, as duas companhias pretendem economizar cerca de US\$ 400 milhões em custos nos próximos dois anos.



Foto: Shutterstock.com



ESTOQUES EM QUEDA NA INDÚSTRIA CHILENA

Um informe econômico da Câmara de Comércio de Santiago, no Chile, aponta uma redução progressiva dos estoques da ordem de US\$ 4 bilhões, uma queda acima da média dos anos anteriores. A análise avalia que a redução, devido à sua magnitude, pode ter sido influenciada pela velocidade de obsolescência dos produtos e pela melhoria na gestão dos canais de distribuição e logística.

MARROCOS CONSTRÓI MEGAUSINA SOLAR

O Marrocos instalou, na região da cordilheira do Atlas, uma das maiores usinas de energia solar do mundo. São centenas de espelhos enfileirados – cada um deles do tamanho aproximado de um ônibus – sobre 1,4 km² de deserto, uma área equivalente a 200 campos de futebol. O país acompanha uma tendência do Oriente Médio de construção de usinas de energia solar, já adotada por países como Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Jordânia. Até 2020, o Marrocos planeja gerar 14% de sua energia por via solar.

Foto: Shutterstock.com



Salários compatíveis e oferta constante de vagas de nível técnico são atrativos para quem busca formação profissional ou aperfeiçoamento no SENAI

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EMPREGABILIDADE NA CRISE

COM A ECONOMIA EM RECUPERAÇÃO LENTA, CURSOS OFERECIDOS PELO SENAI PODEM SER UMA OPÇÃO DOS TRABALHADORES QUE BUSCAM MAIS QUALIFICAÇÃO PARA MELHOR SE ADAPTAREM ÀS DEMANDAS DO MERCADO

O Brasil tem, atualmente, mais de 14,2 milhões de desempregados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante desse quadro, uma alternativa para se aumentar as chances de empregabilidade é investir na educação profissional. Hoje, mesmo com a crise, seis em cada dez profissionais formados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) conseguem postos de trabalho em, no máximo, um ano após a finalização do curso.

“Com o ensino técnico, o jovem tem mais oportunidade no mercado de trabalho, maior impacto na renda e opções de profissões com salário maior do que o de alguns profissionais com Ensino Superior”, destaca o gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnológica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Felipe Morgado. “Técnicos de áreas como petroquímica, mineração, metal e mecânica têm média salarial de R\$ 5,6 mil, enquanto a média de salário de jornalistas, nutricionistas e enfermeiros é de R\$ 4,6 mil. Ou seja, é preciso desmistificar o Ensino Técnico”, observa.

Uma comparação com outros países mostra que há espaço para se avançar ainda mais na empregabilidade de profissionais técnicos. Segundo a pesquisa *Escassez de Talentos 2015*, feita pela ManpowerGroup, multinacional de seleção e recrutamento, entre 42 países avaliados, o Brasil é o quarto com maior dificuldade para preencher vagas de trabalho, sobretudo com formação em nível

técnico. O estudo mostra que 61% das empresas brasileiras relataram ter dificuldades para preencher as oportunidades abertas em 2015. O Brasil só ficou atrás de Japão (83%), Peru (68%) e Hong Kong (65%). A média mundial foi de 38%.

“Este momento de crise é uma ótima oportunidade de investir em nova qualificação para ajudar a indústria a ser mais produtiva”, diz Felipe Morgado. “A indústria brasileira está em transformação. Está em processo de automatização e uso massivo de tecnologias. Isso exige profissionais qualificados, que serão bem remunerados por seus empregadores”, completa.

O grande diferencial da educação profissional oferecida pelo SENAI é formar trabalhadores para demandas específicas dos mercados de trabalho da indústria. Os cursos são elaborados a partir de dados do *Mapa do Emprego*, levantamento feito pela CNI que traz uma projeção da oferta de trabalho e analisa quando a indústria vai demandar cada tipo de profissional. Realizado a cada quatro anos, com os vários segmentos da indústria e atualizado semestralmente, teve a última edição lançada em dezembro de 2016.

O SENAI oferece cursos de qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e cursos superiores de tecnologia. Faz, também, oferta de educação continuada nas modalidades de aperfeiçoamento e especialização profissional e pós-graduação. Possui, ainda, cursos de aprendizagem industrial

para atender à demanda de uma visão genérica sobre o mundo do trabalho.

Maior complexo privado de educação profissional e serviços tecnológicos da América Latina, o SENAI já formou, em seus 75 anos de existência, mais de 71 milhões de trabalhadores para 28 áreas da indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica.

Entre os cursos realizados estão: Auxiliar de Confeitaria, Auxiliar de Manutenção Mecânica (Qualificação Profissional), Técnico em Automação Industrial, Técnico em Mecatrônica, Técnico em Redes de Computadores (Técnico de Nível Médio), Automação Industrial, Logística, Mecatrônica Industrial, Rede de Computadores (Curso Superior de Tecnologia), Reciclagem em Segurança de Instalações e Serviços com Eletricidade (Aperfeiçoamento Profissional) e Aprendizagem Industrial, entre outros.

Segundo Morgado, a partir do segundo semestre deste ano, o SENAI irá oferecer cursos de qualificação para profissionais já capacitados, no esforço de preparar a indústria brasileira para a *Indústria 4.0*, que inclui conceitos com fábricas inteligentes, Internet das Coisas (também conhecida pela sigla IoT, do inglês *Internet of Things*), sistemas ciberfísicos e computação em nuvem. “É uma revolução que está em curso em todo o mundo e começou a chegar no Brasil. Precisamos ter profissionais preparados para essa nova realidade”, destaca.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAI



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

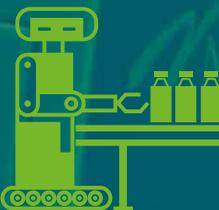
Para jovens (a partir de 15 anos) ou profissionais que buscam novas competências para entrar no mercado de trabalho. Exige escolaridade variável de acordo com a profissão. Possui carga horária de 220h (3 meses), em média. Exemplos: Auxiliares de confeitaria, de manutenção mecânica e de operação de sonda de perfuração terrestre.



TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Para alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio. Carga horária média de 1.200h (1 ano e 6 meses) e, ao término do curso, o aluno recebe diploma de nível técnico.

Exemplos: Técnicos em Automação Industrial, em Mecatrônica, em Administração e em Redes de Computadores.



SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Cursos de nível superior, com graduação plena, como os de bacharelado e licenciatura. Têm duração entre 2 e 3 anos e são dirigidos a áreas tecnológicas específicas. É necessário ter concluído o Ensino Médio.

Exemplos: Mecatrônica Industrial, Rede de Computadores, Logística, Automação Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão Ambiental.



APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Indicado para o profissional que busca ampliar, complementar ou atualizar as competências para acompanhar as inovações tecnológicas. Os cursos têm carga horária média de 40h e são destinados a trabalhadores maiores de 16 anos, com escolaridade variável de acordo com a profissão.

Exemplos: Reciclagem em Segurança de Instalações e Serviços com Eletricidade, Aperfeiçoamento em Assentamento de Blocos Estruturais e em Autocad.



APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

É um mecanismo híbrido, trabalhista e educacional, gerido pelo Ministério do Trabalho. Proporciona formação metódica (400h-600h, em dois anos), combinada à vivência na empresa, para adolescentes e jovens na faixa de 14 a 24 anos, matriculados na Educação Básica. Para pessoas com deficiência, não há limite de idade.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA